

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

PROCESSO: 6013.2025/0006581-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras>

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/03/2026 – às 10h00.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 – Embasamento Legal;**
- 2 – Objeto;**
- 3 – Condições de participação;**
- 4 – Acesso às informações;**
- 5 – Impugnação ao edital;**
- 6 – Apresentação da Proposta de Preços;**
- 7 – Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;**
- 8 – Etapa de Lances;**
- 9 – Modo de disputa aberto e fechado;**

- 10 – Julgamento;**
- 11 – Habilitação;**
- 12 – Fase Recursal;**
- 13 – Adjudicação e Homologação;**
- 14 – Preço, Repactuação e Dotação;**
- 15 – Condições do ajuste e Garantia para Contratar;**
- 16 – Prazo para início da Prestação dos Serviços e Condições;**
- 17 – Condições de Recebimento e Pagamento;**
- 18 – Das Penalidades;**
- 19 – Disposições Gerais.**

II ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO I/A – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

ANEXO I/B – Estimativa de Quantidades

ANEXO I/B.1 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G1

ANEXO I/B.2 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G2

ANEXO I/B.3 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G3

ANEXO I/B.4 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G4

ANEXO I/B.5 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G5

ANEXO I/B.6 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G6

ANEXO I/B.7 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G7

ANEXO I/B.8 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G8

ANEXO I/B.9 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G9

ANEXO II – Minuta do contrato

ANEXO III/A – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 01

ANEXO III/B – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 02

ANEXO III/C – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 03

ANEXO III/D – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 04

ANEXO III/E – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 05

ANEXO III/F – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 06

ANEXO III/G – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 07

ANEXO III/H – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 08

ANEXO III/I – Modelo de Proposta de Preços – Grupo 09

ANEXO IV – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Orientações Gerais

ANEXO IV/A – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 01

ANEXO IV/B – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 02

ANEXO IV/C – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 03

ANEXO IV/D – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 04

ANEXO IV/E – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 05

ANEXO IV/F – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 06

ANEXO IV/G – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 07

ANEXO IV/H – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 08

ANEXO IV/I – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Grupo 09

ANEXO V – Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo

ANEXO VI – Modelo de Declarações

ANEXO VII – Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO IX – Planilha Orçamentária

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela Secretaria Municipal de Gestão, situada no Viaduto do Chá nº 15 – 8/12º andar – Edifício Matarazzo, São Paulo, Capital, CEP 01002-900, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** e regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925000, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10h00 do dia 05/03/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão no site <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> e PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

a) Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –

SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.

b) Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) Não estejam sob processo de falência;

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) Não sejam cooperativas;

e) Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) Não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) Não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g.1) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g.2) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g.3) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.2. Nesta licitação não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e seus anexos.

3.4. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

3.5. Será permitida nesta licitação a participação de consórcio de licitantes, que deverá atender ao disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e obedecer às especificações abaixo e as demais exigências fixadas neste EDITAL:

3.5.1. apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, como requisitos mínimos:

3.5.1.1. a indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.5.1.2. impedimento da empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou participar de forma isolada, mesmo que concorrendo a outro grupo deste certame;

3.5.1.3. que a constituição do consórcio não poderá ser alterada ou de qualquer forma modificada, exceto com a prévia e expressa concordância do órgão gerenciador (SEGES/COBES) durante a vigência da Ata de RP e das CONTRATANTES após a extinção da Ata de RP e durante a vigência dos contratos dela decorrentes;

3.5.1.3.1. caso seja permitida a alteração da composição do consórcio, a(s) nova(s) empresa(s) integrantes deverão atender as condições de habilitação previstas neste edital, que assegurem a manutenção das condições de habilitação do consórcio, até a vigência final da Ata de RP e dos contratos firmados em decorrência dela;

3.5.1.4. no consórcio envolvendo a participação de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira e a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação em vigor;

3.5.1.5. definição de como deverá ser feito o pagamento (Por ex. integralmente para a empresa líder, proporcionalmente para cada participante do consórcio, para o próprio consórcio etc.);

3.5.1.6. o prazo de duração da constituição do consórcio que será de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento do último contrato decorrente da Ata de RP originária do presente Edital;

3.5.1.7. indicação do endereço do consórcio e de seus representantes legais.

3.5.2. em caso de inexistência de prévia constituição e registro do consórcio, esses deverão ser providenciados antes da formalização da Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da homologação do certame, sendo que a descumprimento desta exigência será penalizado conforme item 18.1.3.2 e 18.4.1.1 deste edital.

3.5.3. em razão da formação do consórcio somente a empresa líder terá que obrigatoriamente ser cadastrada perante o SICAF, em condições de participar eletronicamente do certame.

3.5.4. cada licitante consorciada deverá apresentar documentação comprobatória de sua habilitação, nos termos deste Edital.

3.5.5. não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE em mais de uma PROPOSTA COMERCIAL para um mesmo grupo.

3.5.6. não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO.

3.5.7. somente se admitirá a participação de sociedades controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum de uma mesma LICITANTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

3.5.8. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação do CONSÓRCIO.

3.5.9. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS isoladamente, ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS, observado o disposto neste EDITAL.

3.5.10. Os integrantes do CONSÓRCIO respondem de maneira solidária pelos atos praticados em CONSÓRCIO perante a CONTRATANTE, tanto na fase de licitação, quanto na fase de execução do CONTRATO, sendo solidariamente responsáveis, perante a CONTRATANTE, pelos atos praticados durante a LICITAÇÃO.

3.5.11. Tratando-se de CONSÓRCIO, o LICITANTE vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do ata de registro de preços, a constituição e o registro do CONSÓRCIO no órgão oficial competente, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo que o descumprimento desta exigência será penalizado conforme item 18.1.3.2. e 18.4.1.1. deste edital.

3.5.12. Como requisito para a participação no pregão, a LICITANTE deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições de o EDITAL e ANEXOS.

3.5.13. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela LICITANTE ou pelo consórcio de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente EDITAL, bem como as disposições contidas na legislação indicada no item 1 deste documento, que

disciplinam a presente LICITAÇÃO e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. ACESSO A INFORMAÇÕES

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico segeslicitacao@prefeitura.sp.gov.br

4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail: segeslicitacao@prefeitura.sp.gov.br em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos

- a)** do documento de identificação e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2. Caberá ao pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão antes da data prevista para a abertura do certame.

5.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4. A decisão sobre a impugnação será publicada no sitio eletrônico oficial.

5.5. Os pedidos de impugnação, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e os preços unitários de cada item com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

6.1.2. Nesta licitação para registro de preços, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

6.1.3. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lance e declarações.

6.1.5. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.6. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.7. Os preços ofertados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto. **O PREÇO DEVERÁ SER OFERTADO COM DOIS ALGARISMOS APÓS A VÍRGULA.** O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.1.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos e indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a qualquer título.

6.1.9. A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços conforme disposto no item 10.3 deste Edital, de acordo como o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.10. A proposta deverá ter validade 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

7.3. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.4. Considerando que os grupos da presente licitação envolvem a prestação de serviços sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observar-se-ão, adicionalmente, as disposições estabelecidas a seguir:

7.4.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.4.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.4.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) observado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho como referência pela Administração:

a) CCT 2025/2026 - SINDLOC SP.

7.4.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.4.4. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.4.5. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

7.4.5.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.4.6. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

7.4.6.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

7.4.7. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas,

sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.8. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

7.4.9. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.6. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.7. Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4. As LICITANTES poderão apresentar PROPOSTAS COMERCIAIS para todos os GRUPOS, desde que apresentem 1 (uma) PROPOSTA COMERCIAL para cada um dos GRUPOS, sendo permitida a adjudicação de mais de um GRUPO para um mesmo LICITANTE.

8.5. A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.7. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.10. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11. Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12. Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14. O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.

8.15. Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

9.1. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

9.2. No modo de disputa aberto e fechado à etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

9.3. Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.4. Em sequência será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.4.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.5. Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério menor preço por grupo, no caso dos grupos (1 ao 9), observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do menor preço em relação ao estimado para a contratação.

10.3. É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.5. Após a negociação, o(a) pregoeiro(a) fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo(a) pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.

10.6. O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.7. Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.8. Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à sua exequibilidade, poderá o pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.9. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.10. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

11.3. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.3.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.3.2. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1. Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

g) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

11.5.2.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais Demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios.

b.1) Serão considerados como na forma da Lei, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e Demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) As empresas constituídas a menos de 2 (dois) anos poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração de

Resultado de Exercício do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios;

b.1.2) As empresas recém-constituídas no exercício financeiro da licitação (2026), que não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através da apresentação do Balanço de Abertura, nos termos do disposto no artigo 65 §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo a assinatura do representante legal da empresa e do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, contendo os termos de abertura e de encerramento, e este, necessariamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente;

b.1.3) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, em seu artigo 289, conforme redação dada pela Lei nº 13.818/19, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.1.4) As empresas desobrigadas a adotar a ECD - Escrituração Contábil Digital, assinaladas na Instrução Normativa RFB nº 2003/21 artigo 3º § 1º Incisos I ao V, e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício dos dois últimos exercícios sociais (assinados pelo contabilista e pelo titular ou representante legal da entidade), registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento;

b.1.5) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar a Escrituração Contábil Digital (ECD), deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício dos dois últimos exercícios sociais, nos termos do art. 5º § 3º Inciso I da Instrução Normativa (IN) da RFB nº 2142 de 26/05/2023.

c) A empresa que não alcançar os índices exigidos no ANEXO VII poderá, alternativamente, comprovar Patrimônio Líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor

estimado do(s) grupo(s) para o(s) qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada.

d) Será considerada inabilitada a empresa que não atender aos índices exigidos no ANEXO VII e, alternativamente, também não comprovar o patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) grupo(s) para o(s) qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada, nos termos do subitem c.

e) Para as empresas constituídas em regime de consórcio, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado e, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% sobre o Patrimônio Líquido para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.5.4. Qualificação técnica-operacional:

11.5.4.1. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

11.5.4.1.1. Para os itens 1, 5, 9, 13, 17, 21, 25, 29 e 34 do objeto desta contratação, os quais dizem respeito à locação de veículos com motorista no âmbito de cada grupo da licitação, a comprovação de que trata o subitem acima deverá ser feita por meio de atestados ou certidões relativos a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação de serviços de locação de veículos com motorista, admitindo-se o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

b) Comprovação de que já executou contrato(s) de serviços de locação de veículos com motorista envolvendo o mínimo de 40% (quarenta por cento) do quantitativo de veículos do respectivo item;

c) Caso a aplicação do percentual mínimo estabelecido na alínea "b" resulte em número fracionário, este será diminuído para o número inteiro imediatamente inferior.

11.5.4.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do Acórdão 2387/2014-TCU-Plenário;

11.5.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante, em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação;

11.5.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

11.5.4.1.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

11.5.4.1.6. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

11.5.4.2. Considerando que a presente licitação tem mais de um grupo em disputa e exigências de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativas, o fornecedor provisoriamente vencedor quanto a um item/grupo, que estiver competindo em relação a outro item/grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação econômico-financeira e técnica cumulativamente, isto é, somando as exigências concernentes ao item em que venceu com

aquelas que se referem ao item em que estiver competindo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.5.5. Outros Documentos:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, bem como que absorverá na execução deste contrato 5% (cinco por cento) do total de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, integrantes do Projeto Tem Saída, nos termos dos artigos 9º a 12 do Decreto nº 59.537/2020.
- f) Comprovação de vínculo do profissional com a empresa, em qualquer umas das modalidades previstas em Lei e observadas as disposições da Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

11.5.5.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO VI do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.6.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.6.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.6.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.6.7. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.6.8. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a) CADIN MUNICIPAL - https://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadin/Pesq_Deb.aspx
- b) Apenados PMSP - Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255
- c) Apenados TCESP- <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>
- d) E-SANÇÕES - https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;
- e) SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/security/retornoLoginSsoComprasnet.jsf?cnet-id=2ab66b01-0578-442a-a52b-c279d33e3c78>
- f) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - <https://portal.tcu.gov.br/inicio/>
- g) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes - <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>
- h) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- i) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

11.6.8.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.7. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1. Estando à documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.7.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.7.4. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.5. Estando à documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. FASE RECURSAL

12.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. PREÇO, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

14.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

14.2. Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

14.3. Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente e alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

14.3.1. A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

14.4. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.5. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

14.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

14.5.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.8. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.9.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

14.9.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.9.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.10. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I - I^o)}{I^o}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

14.10.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

14.10.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

14.10.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.10.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

14.11. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

14.12. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

14.12.1. à data do pedido, para os custos decorrentes do mercado (art. 137, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

14.12.2. à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, para os custos decorrentes de mão de obra (art. 137, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

14.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

14.15. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.16. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no

termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

14.17. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

14.18. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.18.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.19. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

14.20. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.21. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

14.22. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

14.23. A forma de aplicação da repactuação e o detalhamento necessário estão descritos no item 12 do Termo de Referência, anexo ao presente edital.

15. CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo II deste Edital.

15.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1. Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2.2. A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.2.3. Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

15.3.1. O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2. No caso de consórcio, a convocação para assinatura da ARP ocorrerá após sua constituição e apresentação dos documentos pertinentes à SEGES/COBES, nos termos do item 3.5.11, desde que formalizada dentro do prazo ali estipulado.

15.3.3. O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.3.4. O prazo para assinatura dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na cláusula décima da ata de registro de preços.

15.4. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.4.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.4.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.4.3. Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5. A licitante:

a) Não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

15.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5,00% (cinco por cento) do valor anual da contratação, nos termos do disposto na Portaria SF nº 76/2019 e suas alterações.

15.7. Na hipótese da modalidade de fiança bancária, seguro-garantia ou títulos da dívida pública, o prazo de validade para execução da garantia deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual, salvo prazo diverso fixado em normativo da Secretaria Municipal da Fazenda;

15.8. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, admitindo-se uma prorrogação mediante requerimento justificado e aceito pelo Contratante, nos termos do art. 125, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022;

15.9. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a Contratada será convocada a reforçar ou renovar a garantia, sob pena de multa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma porcentagem estabelecida no item 15.6;

15.10. O não cumprimento do disposto na cláusula 15.9, ensejará aplicação da penalidade.

15.11. A garantia exigida poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial causados ao Contratante ou a terceiros, bem como as multas aplicadas à Contratada, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 05 de junho de 2012;

15.12. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua

liberação, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 2012;

15.13. Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do Contratante, a garantia será retida e poderá ser utilizada para garantia do juízo;

15.14. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.15. Na prestação da garantia, serão observados os procedimentos e normas fixados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em especial as Portarias SF nº 76, de 22 de março de 2019 e alterações subsequentes, e nº 338, de 02 de dezembro de 2021 e alterações subsequentes, ou qualquer outra norma que vier a alterá-las ou substituí-las.

15.12. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.7.

16. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1. A Contratada deverá disponibilizar os veículos em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da ordem de início dos serviços expedida pelo respectivo Contratante, podendo a referida disponibilização ser efetivada de forma parcelada, desde que ocorra em sua totalidade dentro deste período, conforme detalhamento constante no item 3 do Termo de Referência.

16.1.1. O prazo de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado, por até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo fixado, sob alegação de motivo justo, que poderá ser aceito ou não pelo Contratante.

16.1.2. O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Termo de Referência e seus anexos, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.3. O prazo de vigência das contratações decorrentes da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem

como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo II deste Edital.

16.1.4. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.1.5. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.1.6. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.1.7. Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.3, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.1.8. Caso a Contratada manifeste desinteresse em prorrogar o ajuste, a Contratante poderá, para evitar solução de continuidade e prejuízo ao serviço público, solicitar a continuidade da prestação dos serviços, nas mesmas condições ora vigentes, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do termo final da vigência do ajuste para assunção ou transição de nova Contratada.

16.1.9. Caso a Contratada manifeste desinteresse em prorrogar o ajuste, a Contratante poderá, para evitar solução de continuidade e prejuízo ao serviço público, solicitar a continuidade da prestação dos serviços, nas mesmas condições ora vigentes, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do termo final da vigência do ajuste para assunção ou transição de nova Contratada.

16.2. A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.3. Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1. Os Serviços objeto da Ata de Registro de Preços serão recebidos pela unidade requisitante consoante o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

17.2. Os pagamentos dos serviços prestados se darão mediante crédito em conta corrente no Banco do Brasil, em conformidade com o Decreto Municipal nº 51.197/2010, e nos termos especificados nas minutas de Ata de Registro de Preços e Contrato anexos;

18. PENALIDADES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.3.2. recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a providenciar a constituição e o registro do consórcio no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da homologação do certame, quando exigido pelo item 3.5.2 deste Edital;

18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.5. fraudar a licitação

18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa compensatória poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor da proposta apresentada, a depender da gravidade do caso.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta.

18.4.1.1. Para a infração do item 18.1.3.2, multa de 30% sobre o valor estimado do(s) grupo(s), equiparada à recusa de assinatura da ARP (art. 156, III, Lei nº 14.133/2021), com o impedimento de contratar por até 3 anos.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5 e 18.1.6, a multa será de 20% do valor da proposta.

18.4.3. Para as infrações previstas nos itens, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 30% do valor da proposta.

18.5. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, calculado de acordo com o valor unitário constante da proposta, por dia de atraso da Adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, até o 10º dia de atraso, após o qual será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse, calculado de acordo com o valor unitário constante da proposta, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, conforme disposto no artigo 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 18.5 se o impedimento à celebração da Ata de Registro de Preços decorrer da não apresentação da documentação de habilitação exigida no edital que precedeu a Ata de Registro de Preços.

18.5.2. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 18.5, caso a Adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração.

18.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 97, §2º do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

18.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior,

que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das

sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.12.1. Em caso de demissão de profissional selecionado para vagas da reserva de cota, a CONTRATADA deverá substituí-lo por meio de nova contratação, seguindo o procedimento

definido na Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDDET/SMDHC nº 1/2024 ou em ato normativo que vier a substituí-la.

19.12.2. O desligamento de indivíduo do serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua não implica em necessidade de contratação de novo profissional na vaga de trabalho.

19.12.3. Não haverá responsabilidade da CONTRATADA nas hipóteses em que os órgãos municipais competentes não encaminharem a relação dos registros compatíveis com as características e qualificações necessárias, indicadas pela empresa, nos termos do art. 10 Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDDET/SMDHC nº 1/2024 ou em ato normativo que vier a substituí-la.

19.13. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras> bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

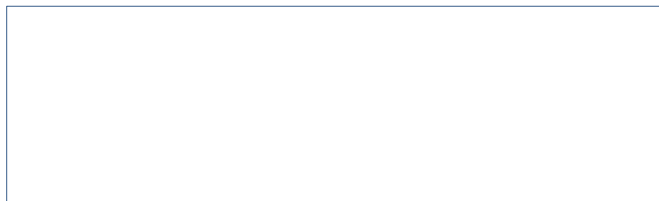
19.18. O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

19.20. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.21. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, na data da assinatura digital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS FLEX (GRUPO C)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto da contratação

1.1. Registro de preços para contratação(ões) futura(s) da prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos *flex*, classificados no Grupo C definido nos termos da legislação municipal, com até 24 (vinte e quatro) meses, a contar do primeiro licenciamento, e no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados, com condutor e com combustível, em caráter não eventual, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas dos órgãos e entidades da Prefeitura do Município de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. Considera-se locação em caráter não eventual a locação de veículos para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.2. Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista que constituem necessidade permanente do Contratante, e serão executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de modo que o veículo e o condutor estão em disponibilidade integral para atendimento do órgão ou entidade, inclusive permanecendo no local da unidade.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC), podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência das partes, desde que o detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações e que comprovado o preço vantajoso.

1.4. O prazo de vigência das contratações decorrentes da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

Subcontratação

1.5. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Instruções gerais

1.6. O presente instrumento tem como referência o Volume 16 do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados - CadTerc (data-base maio/2024, versão agosto/2024), do Governo do Estado de São Paulo, com adaptações para atender aos atos normativos pertinentes do Município de São Paulo e às peculiaridades dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em consonância com o parágrafo único do artigo 17 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

1.7. Os serviços de transporte contratados pela forma de locação de veículos, bem como as medidas de controle e a fiscalização de seu uso, estão regulamentados pelos Decretos Municipais nº 29.431, de 14 de dezembro de 1990, e nº 63.424, de 23 de maio de 2024, pela Portaria SEGES nº 03, de 08 de janeiro de 2026, e por outras normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Gestão.

1.8. A presente contratação contempla os regimes de prestação de serviços nas seguintes jornadas de trabalho e frequências:

- a) 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira;
- b) 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira;
- c) 12 horas diárias - 2ª feira a sábado;
- d) 12x36 horas - 2ª feira a domingo.

1.9. A contratação será dividida em nove grupos, denominados G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8 e G9, formados por três ou mais itens, sendo que cada grupo corresponderá a um regime específico de jornada de trabalho, conforme tabela abaixo.

Modalidade	Jornada de trabalho	Frequência	Grupo da contratação	Veículos/Ano	Órgãos participantes
Com condutor e com combustível	44 horas semanais	2ª a 6ª feira	G1	41	15
			G2	43	7
			G3	49	8
			G4	53	12
			G5	54	4
			G6	57	14
	12 horas diárias	2ª a 6ª feira	G7	73	9
	12 horas diárias	2ª feira a sábado	G8	75	1
	12x36 horas	2ª feira a domingo	G9	40	5

1.9.1. Faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

Classificação e características dos veículos

1.10. A classificação dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços segue a nomenclatura definida nos termos do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, com suas alterações posteriores.

1.10.1. **Grupo C (tipo flex):** veículos com as seguintes características: tipo sedã ou *hatchback*, bicom bustível, cor branca, 4 (quatro) portas e capacidade para 5 (cinco) pessoas. Adicionalmente, os veículos deverão possuir classificação A ou B quanto ao consumo energético, no âmbito de sua respectiva categoria, de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV);

1.10.2. **Acessórios:** os veículos deverão ser dotados, no mínimo, de rádio AM/FM, conexão *bluetooth*, entrada USB, GPS portátil ou integrado (sistema de navegação), ar-condicionado, direção assistida (hidráulica ou elétrica), vidros elétricos dianteiros, alarme antifurto, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS, hodômetro parcial e sistema de monitoramento e rastreamento veicular via satélite homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

1.11. Os veículos envolvidos na prestação dos serviços estão sujeitos à proibição de circulação fixada pelo Rodízio Municipal (Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores), no âmbito do Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 12.490, de 03 de outubro de 1997,

regulamentada pelo Decreto Municipal nº 58.584, de 20 de dezembro de 2018, observadas outras normas que porventura possam advir.

Documentação complementar

1.12. Por ocasião da licitação, o licitante mais bem classificado no âmbito de cada grupo deverá apresentar catálogo ou ficha técnica dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços.

Da adesão à ata de registro de preços

1.13. Durante a vigência da ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
- b) Conformidade com os limites e as regras estabelecidos nos artigos 110 e 111 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022; e
- c) Consulta e aceitação prévias do Órgão Gerenciador e do detentor da ata.

1.14. Além dos requisitos gerais para a adesão à ata, os órgãos da Administração Direta poderão aderi-la, na qualidade de não participante, mediante prévia manifestação da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços, da Secretaria Municipal de Gestão, para ciência, análise da quantidade pretendida em face do número fixado no Anexo Único da Portaria SEGES nº 03, de 2026, ou da que vier a substituí-la, e eventual correção do enquadramento da contratação nas condições estabelecidas nos atos normativos aplicáveis (art. 40, inciso VII, do Decreto Municipal nº 62.208, de 28 de fevereiro de 2023, c/c, art. 6º da Portaria SEGES nº 03, de 2026).

1.14.1. Os órgãos participantes que requisitarem quantitativos superiores aos registrados na ata também deverão observar, no que couber, as disposições previstas nas alíneas “b” e “c” do item 1.13 e no item 1.14.

1.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a celebrar contratações deles

decorrentes, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada (art. 83 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

2. QUANTITATIVOS

2.1. A quantidade de veículos do Grupo C contratados na forma de locação, no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, é fixada pelo Anexo Único da Portaria SEGES nº 03, de 2026, que disciplina sobre as contratações de serviços de transporte.

2.2. Complementarmente, os quantitativos desta contratação foram estabelecidos por meio de intenção de registro de preço, resultando na quantidade de veículos locados com motorista indicada nos itens 1, 5, 9, 13, 17, 21, 25, 29 e 34 da tabela abaixo:

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual
G1	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	1	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	41
		2	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	984.000
		3	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	12.792
		4	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	8.856
G2	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	5	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	43
		6	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.032.000
		7	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	13.416
		8	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	9.288
G3	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto	9	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	49
		10	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.176.000
		11	Hora Adicional do	25089	Hora	15.288

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual
	44 horas semanais - 2ª a 6ª feira		Motorista (2ª feira a sábado)		Adicional/Ano	
		12	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	10.584
G4	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	13	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	53
		14	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.272.000
		15	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	16.536
		16	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	11.448
G5	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	17	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	54
		18	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.296.000
		19	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	16.848
		20	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	11.664
G6	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	21	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	57
		22	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.368.000
		23	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	17.784
		24	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	12.312
G7	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com	25	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	73

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSER	Unidade de medida	Quant. anual
	condutor e com combustível - 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira	26	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.752.000
		27	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	22.776
		28	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	15.768
G8	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12 horas diárias - 2ª feira a sábado (*) (*) Obs.: Além dos condutores de veículo em escala de 12 horas diárias (item 29), este grupo contempla motoristas plantonistas com escala de 44 horas semanais, 2ª feira a domingo, no período noturno (item 33).	29	Valor Fixo (veículo e motorista diurno)	25089	Veículo/Ano	75
		30	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.800.000
		31	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	23.400
		32	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	16.200
		33	Valor Fixo (motorista plantonista noturno) (*)	15008	Posto/Ano	10
G9	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12x36 horas - 2ª feira a domingo	34	Valor Fixo (veículo e motorista)	25089	Veículo/Ano	40
		35	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	960.000
		36	Hora Adicional do Motorista (dias normais)	25089	Hora Adicional/Ano	19.200

2.2.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição ou unidade de fornecimento do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Condições de execução

- 3.1. A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização de veículos do Grupo C, conforme especificado no Decreto Municipal nº 29.431, de 1990 e alterações.
- 3.2. Os veículos disponibilizados com observância das especificações deste instrumento deverão ter até 24 (vinte e quatro) meses a contar do primeiro licenciamento, no máximo 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados e corresponder ao ano/modelo indicado na planilha da proposta quando da assinatura do contrato.
- 3.3. A Contratada somente poderá iniciar a execução dos serviços, quando autorizado por escrito pelo Contratante, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.
- 3.4. Os veículos deverão ser de propriedade da Contratada ou estar sob sua posse em decorrência de *leasing* ou outro meio legal, devendo a respectiva documentação comprobatória ser apresentada por ocasião do início dos serviços.
- 3.5. Os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) e pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).
- 3.6. Os veículos deverão ter sistema de monitoramento e rastreamento veicular via satélite, visando a ampliar as condições de transparência e controle social no que tange à utilização de bens e geração de despesas, em atendimento à Lei Municipal nº 17.273, de 14 de janeiro de 2020, seguindo as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 3.7. Os veículos locados deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.
- 3.8. Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na ficha de vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega.
- 3.9. Os veículos locados serão identificados com logotipo do respectivo Contratante.
- 3.9.1. A Contratada deverá identificar os veículos, sem qualquer ônus adicional, mediante aplicação de adesivos ou mantas magnéticas, conforme determinação de cada órgão ou

entidade contratante, que fornecerá os *layouts*, as dimensões e demais informações necessárias.

3.10. O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes.

3.11. Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada a fim de minimizar a interrupção de uso nos dias de Rodízio Municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica.

3.11.1. Havendo atividades técnico-operacionais que demandem a utilização de veículo em dia e período nos quais esteja restrito de circular por conta do dígito final de sua placa, e não sendo o mecanismo previsto na subdivisão anterior suficiente para minimizar a interrupção de uso na proporção necessária, caberá ao Contratante solicitar, por meio de ofício, à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e ao DETRAN-SP, a isenção do Rodízio Municipal, em face da competência fiscalizatória concorrente entre ambos os órgãos, conforme disposto no artigo 24-A incluído pela Lei Federal nº 14.599, de 19 de junho de 2023, que dá nova redação à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

3.12. A Contratada deverá disponibilizar os veículos em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da ordem de início dos serviços expedida pelo respectivo Contratante, podendo a referida disponibilização ser efetivada de forma parcelada, desde que ocorra em sua totalidade dentro deste período.

3.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado, por até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo fixado, sob alegação de motivo justo, que poderá ser aceito ou não pelo Contratante.

3.13. A Contratada deverá assegurar as condições necessárias para que os veículos sejam lavados e higienizados, às suas expensas, nas frequências e condições estabelecidas neste instrumento, dispondo de meios próprios ou subcontratados para essa finalidade.

3.14. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais com vistas ao aprimoramento, à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante. A

Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

3.15. Durante a vigência do contrato, é vedado à Contratada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por finalidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Locais, escalas e horários da prestação dos serviços

3.16. Os serviços serão prestados pela Contratada nos locais discriminados por cada Contratante, respeitadas as seguintes escalas de trabalho previstas para os nove grupos da contratação:

Jornada de trabalho	Frequência	Grupo da contratação	Veículos/Ano	Órgãos participantes
44 horas semanais	2ª a 6ª feira	G1	41	15
		G2	43	7
		G3	49	8
		G4	53	12
		G5	54	4
		G6	57	14
12 horas diárias	2ª a 6ª feira	G7	73	9
12 horas diárias	2ª feira a sábado	G8	75	1
12x36 horas	2ª feira a domingo	G9	40	5

3.17. Para fins meramente referenciais, o [Anexo I/B](#) deste Termo de Referência relaciona os possíveis locais de apresentação dos motoristas, discriminados por órgão ou entidade de cada grupo, sem caráter exaustivo.

3.17.1. Em função das necessidades técnico-operacionais de cada órgão ou entidade, os locais a que se refere a subdivisão anterior poderão ser alterados, a critério do respectivo Contratante, por ocasião da formalização da contratação, caso venha a ocorrer, ou durante a execução contratual, observados os limites do Município de São Paulo.

3.18. Os horários de início dos serviços serão definidos por cada Contratante, de acordo com suas necessidades e peculiaridades.

3.19. Para o grupo G8, que contempla apenas a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDHC), são estimados 75 (setenta e cinco) veículos que prestarão serviço de 12 horas diárias diurnas, de 2ª feira a sábado.

3.19.1. Visando à cobertura noturna, estima-se exclusivamente para o grupo G8 o quantitativo de **10 (dez) motoristas plantonistas noturnos**, que prestarão serviços de 2ª feira a domingo, inclusive em feriados, das 22:00 (vinte e duas horas) de um dia às 6:00 (seis horas) do dia seguinte, **utilizando-se do total veículos já estimados para o grupo, ou seja, dentro dos 75 (setenta e cinco) veículos;**

3.19.2. Os motoristas plantonistas mencionados na subdivisão anterior estão previstos no item 33 da licitação (CATSER 15008), integrante do grupo G8, conforme tabela contida no item [2.1](#);

3.19.3. Considerando o disposto no subitem [3.19.1](#), o valor fixo do item 33 (CATSER 15008) deverá corresponder apenas ao valor do posto de trabalho, sem compreender os gastos fixos dos veículos estimados no item 29 (CATSER 25089) do mesmo grupo G8.

Horas adicionais

3.20. Frente à existência de atividades ou encargos inerentes ao serviço público, fica previsto que a execução dos serviços de transporte mediante locação de veículos com condutor poderá ocorrer, quando necessário e mediante requisição prévia do Contratante, fora das jornadas regulares, inclusive:

- a) nos feriados;
- b) aos sábados e domingos, para os serviços prestados de 2ª a 6ª feira;
- c) aos domingos, para os serviços prestados de 2ª a sábado.

3.21. A duração diária do trabalho de cada empregado envolvido na prestação dos serviços poderá ser acrescida de horas adicionais, em número não excedente de 2 (duas) horas diárias, não podendo ultrapassar, na escala de 44 horas semanais, o limite máximo de 10 (dez) horas diárias de trabalho.

3.22. Nos dias normais de trabalho, as horas adicionais serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

3.23. O trabalho realizado em domingos e feriados será pago com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, exceto para a jornada de trabalho 12x36, em razão da natural compensação nas 36 (trinta e seis) horas de descanso seguintes.

Da renovação da frota

3.24. Os veículos deverão ser substituídos de imediato e de forma automática por veículos nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 36 (trinta e seis) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento, ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados no hodômetro (o que ocorrer primeiro).

Do desenvolvimento dos serviços

3.25. Os serviços serão prestados nos locais, nas quantidades e nas frequências fixados por cada Contratante, devendo a Contratada ter disponibilidade para remanejamentos, quando por ele solicitados, em qualquer região no âmbito do Município de São Paulo.

3.26. A prestação dos serviços nos locais e horários fixados por cada Contratante envolve veículos adequados e mão de obra capacitada para sua perfeita execução.

3.27. O horário de apresentação do condutor e do veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 15 (quinze) minutos ao horário programado.

3.28. Os itinerários e os horários predeterminados somente poderão ser alterados em comum acordo com o Contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras, impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido do tráfego.

3.29. O condutor e os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela SENATRAN e pelo DETRAN.

3.30. O condutor deverá assumir diariamente o veículo devidamente uniformizado, portando crachá de identificação individual, com aparência pessoal adequada, e estar capacitado para:

- a) Comparecer, imediatamente, sempre que convocado, ao local designado pelo Contratante, para exame e esclarecimento de quaisquer problemas relacionados à prestação dos serviços;
- b) Portar dispositivo de comunicação móvel;

- c) Manter no interior do veículo Sistema de Posicionamento Global (GPS) e não interferir no funcionamento dos equipamentos de rastreamento;
- d) Dirigir corretamente o veículo observando as disposições estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e em normas e regulamentos internos e locais, zelando pela sua segurança e a do(s) passageiro(s);
- e) Zelar pelo veículo, inclusive cuidar das ferramentas, pneus, acessórios e documentação;
- f) Não fumar no interior do veículo, estando ele parado ou em movimento;
- g) Não utilizar o veículo locado para uso particular, nem permitir que usuários o façam;
- h) Não estacionar nem abandonar o veículo locado diante de lugares impróprios ou em locais que coloquem este em risco;
- i) Usar e exigir do(s) passageiro(s) o uso do cinto de segurança, evitando multas;
- j) Inspecionar o veículo antes do início do deslocamento e durante o percurso, para certificar-se de suas condições de funcionamento, informando imediatamente à fiscalização do Contratante a existência de qualquer irregularidade ou defeito constatado que demande a necessidade de manutenção, com o objetivo de evitar o cometimento de infração de trânsito;
- k) Contatar diariamente o fiscal do Contratante, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado da prestação dos serviços;
- l) Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente por cada Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir a boa e regular prestação dos serviços;
- m) Manter registro de todas as ocorrências, verificando-as no transcorrer do período de execução dos serviços e comunicando-as posteriormente ao Contratante;
- n) Controlar as requisições de serviços de transporte recebidas dos diversos departamentos de cada Contratante;
- o) Observar que, excepcionalmente, poderá haver solicitação de serviços fora dos dias e horários estabelecidos, mediante requisição prévia do Contratante. Neste caso, as horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos serão remuneradas como adicionais;

p) Observar que os veículos contratados deverão ser devidamente abastecidos pela Contratada com combustível etanol, obrigatoriamente, conforme o §1º do art. 10 da Portaria SEGES nº 03, de 2026, preferencialmente mediante a utilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim.

3.31. O uniforme do condutor deverá seguir o padrão da Contratada. Caso não haja um padrão específico, deverá conter, preferencialmente, calça social na cor azul-marinho, camisa social branca com logotipo da Contratada no bolso, sapato de cor preta e blusa de lã acrílica na cor azul-marinho.

3.32. O crachá de identificação deverá conter nome da Contratada, número de registro, função e fotografia do empregado portador.

3.33. Os serviços poderão ser executados fora dos limites do Município de São Paulo, tendo como locais de saídas ou disponibilidade e destino os endereços indicados por cada Contratante.

3.33.1. A execução dos serviços fora dos limites do Município de São Paulo dependerá de autorização prévia e escrita do titular, da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão ou entidade contratante (art. 40 do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, c/c art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024).

Da guarda dos veículos locados

3.34. A guarda dos veículos locados ficará a cargo da Contratada, devendo ser obedecida a disposição do item [3.27](#).

3.35. O Contratante poderá determinar, a critério de sua autoridade máxima e por manifestação expressa desta, que parte ou a totalidade dos veículos locados sejam guardados nas respectivas unidades onde prestam serviço ou em próprios municipais próximos a elas.

3.36. Os custos relativos à guarda dos veículos serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, não cabendo ao Contratante qualquer ônus a esse título, ressalvada a hipótese da subdivisão anterior, caso em que os eventuais custos correspondentes correrão proporcionalmente às despesas do respectivo Contratante.

Da lavagem e higienização dos veículos

3.37. Os veículos deverão receber lavagem completa semanalmente e higienização interna semestralmente, salvo em situações excepcionais que justifiquem intervalos menores, com a anuência das partes.

3.38. A Contratada deverá providenciar, por meios próprios ou subcontratados, a lavagem e higienização dos veículos, arcando com as respectivas despesas, de modo que a execução desses serviços, quanto a locais e horários, não prejudique a utilização dos veículos pelo Contratante.

Da manutenção

3.39. Todos os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante.

3.40. A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado.

3.41. A Contratada terá de substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do Estado e na Região Metropolitana de São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente.

3.42. A Contratada obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

Da manutenção preventiva

3.43. A responsabilidade pela manutenção preventiva dos veículos objeto da contratação será da Contratada, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do manual do proprietário de cada veículo.

Da manutenção corretiva

3.44. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra dele.

3.45. A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra roubo, furto, colisão, incêndio, danos materiais e pessoais, inclusive danos a terceiros, e para caso de destruição parcial ou total do bem, incluindo o pagamento da franquia.

3.45.1. O seguro com cobertura total de que trata a subdivisão anterior deverá ter os seguintes valores mínimos de cobertura:

- a) Cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo e furto): 100% (cem por cento) do valor do veículo na Tabela Fipe;
- b) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V Danos materiais): R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V Danos corporais): R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d) Seguro de Acidente Pessoal de Passageiro (APP): R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por passageiro;
- e) Reboque 24 horas: quilometragem livre.

3.46. A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro de que trata o item anterior.

Do monitoramento e rastreamento dos veículos

3.47. Os veículos deverão possuir sistema de monitoramento e rastreamento via satélite, integrado a plataforma *web*, com acesso exclusivo mediante *login* e senha pelos servidores do Contratante e do Órgão Gerenciador da ata de registro de preços.

3.48. O sistema deverá permitir, no mínimo:

- a) Visualização da posição geográfica em tempo real dos veículos em mapa cartográfico digital que delimite quadras e logradouros e abranja, pelo menos, a Região Metropolitana de São Paulo;

- b) Visualização, em mapa cartográfico digital, do histórico de posições geográficas recebidas pelos rastreadores dos veículos, com possibilidade de realização de filtros por placa de veículo, data e horário;
- c) Extração dos dados em tabelas nos formatos CSV, XLS, XLSX ou ODS, contendo cada posição geográfica recebida dos rastreadores, com possibilidade de identificar a placa do veículo, o motorista, a data e hora do registro da posição pelo rastreador e o endereço completo da posição do veículo naquele registro, incluindo CEP, bem como o estado da ignição;
- d) Emissão de relatório com a quilometragem percorrida pelos veículos, com possibilidade de realização de filtros por placa de veículo, data e horário.

3.49. É terminantemente proibida a prática de desligamento dos equipamentos de rastreamento dos veículos durante o período em que se encontram a serviço da Prefeitura do Município de São Paulo, estando a empresa sujeita a penalidades em caso de ocorrência.

Relatórios

3.50. No final de cada mês, a Contratada deverá fornecer, exclusivamente em meio eletrônico, relatórios individuais por veículo, contendo, no mínimo, os seguintes dados obtidos pelo rastreamento:

- a) Endereço completo de origem e destino, horários de saída e de chegada de cada veículo, e as respectivas quilometragens;
- b) Quilometragem rodada mensal.

3.51. A Contratada também deverá fornecer mensalmente, sempre em formato eletrônico:

- a) Relatórios de atendimento com identificação do motorista e do usuário, finalidade, tempo de utilização e quilometragem rodada;
- b) Relatório mensal de consumo por tipo de combustível por veículo;
- c) Relatório mensal de horas diárias de prestação de serviços por motorista, discriminando as horas normais e adicionais.

3.52. Outras informações complementares necessárias que a Contratada deverá fornecer no final de cada mês são:

- a) Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;
- b) Relatórios de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção.

Supervisão

3.53. Tratando-se da prestação de serviços de locação de veículos com condutor, a Contratada deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto para a realização da supervisão dos serviços, não podendo tal atividade recair sobre nenhum dos motoristas, devendo atuar em consonância com as especificações técnicas deste instrumento, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais relacionadas à contratação, tais como:

- a) Orientação e supervisão dos motoristas;
- b) Elaboração da programação de horários de motoristas para atendimentos das requisições de serviços;
- c) Controle de manutenção e limpeza dos veículos;
- d) Controle de frequência dos motoristas;
- e) Controle das requisições de viagens, em consonância com diretrizes do gestor do contrato designado pelo Contratante; e
- f) Emissão de relatórios gerenciais contendo a consolidação das informações dos itens 3.50, 3.51 e 3.52, devendo ser elaborados exclusivamente em meio eletrônico nos casos em que este instrumento assim o exigir.

4. DAS VEDAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Na prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos do Grupo C, é vedado:

- a) utilizar qualquer veículo para condução de agentes públicos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa (art. 9º, I, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);

- b) utilizar o serviço de transporte individual para fins particulares dos agentes públicos ou a prestação de serviços de transporte por agentes públicos ou seus veículos à Prefeitura Municipal de São Paulo (art. 9º, II, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);
- c) transportar pessoas estranhas à Prefeitura do Município de São Paulo, exceto, em casos excepcionais, nas hipóteses em que a necessidade de serviço ou do interesse público assim recomendar, mediante justificativa da unidade interessada e autorização da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão ou entidade contratante (art. 9º, III, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024);
- d) ultrapassar os limites do Município de São Paulo, sem a ciência e concordância do titular, da Chefia de Gabinete ou autoridade equiparada de cada órgão/entidade contratante (art. 40 do Decreto Municipal nº 29.431, de 1990, c/c art. 9º, IV, do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024).

4.2. Fica reservada à Secretaria Municipal de Gestão a atribuição de fixar, mediante portaria, outras vedações de utilização do serviço, no âmbito de sua competência, conforme disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Municipal nº 63.424, de 2024.

5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações e responsabilidades contratuais, das decorrentes de lei e de normas regulamentares, são obrigações e responsabilidades da Contratada:

5.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.2. Disponibilizar os veículos após o recebimento da autorização de início dos serviços, no prazo estabelecido no item [3.12](#), nos locais e horários fixados por cada Contratante, cabendo à Contratada informar, antes do término do referido prazo, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido, nos termos do item [3.12.1](#);

5.1.3. Encaminhar, por ocasião do início dos serviços:

5.1.3.1. A documentação que comprove a posse dos veículos pela Contratada, conforme estabelece o item [3.4](#), bem como a regularidade do IPVA, licenciamento e, quando aplicável, do seguro obrigatório de cada veículo;

5.1.3.2. A relação dos veículos a serem disponibilizados, indicando marca, modelo, placa de identificação e RENAVAM;

5.1.3.3. Apólices de seguro que atendam aos valores de cobertura mínimos especificados no item [3.45.1](#).

5.1.4. Disponibilizar veículos com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de Rodízio Municipal, no âmbito do Município de São Paulo, conforme legislação específica;

5.1.5. Garantir instalações para guarda dos veículos locados, obedecida a disposição do item [3.27](#), ressalvados aqueles que, por manifestação expressa da autoridade máxima de cada Contratante, devam ser guardados nas respectivas unidades onde prestam serviço ou em próprios municipais próximos a elas, conforme disposto no item [3.35](#);

5.1.6. Observar que os veículos deverão ser abastecidos apenas em postos que não constem da relação de estabelecimentos penalizados pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, publicada no Diário Oficial do Estado, nos termos das Leis Estaduais nº 11.929, de 12 de abril de 2005, nº 12.675, de 13 de julho de 2007, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.062, de 05 de junho de 2008, e nº 17.832, de 1º de novembro de 2023;

5.1.7. Manter os veículos assegurados com cobertura total contra roubo, furto, colisão, incêndio, danos materiais e pessoais, inclusive danos a terceiros, e para caso de destruição parcial ou total do bem, durante todo o prazo de vigência contratual;

5.1.8. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;

5.1.9. Substituir todos os veículos de imediato e de forma automática nas hipóteses e de acordo com as condições especificadas no item [3.24](#);

5.1.10. Substituir os veículos locados no prazo máximo de 3 (três) horas, a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do Estado e na Região Metropolitana de São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do Estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar

veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade, apresentando documentação que a fundamente;

5.1.11. Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pelo respectivo Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação;

5.1.12. Entregar e retirar os veículos substituídos sem atribuir ao Contratante a cobrança de qualquer ônus adicional, tanto em função dos encargos para licenciamento/legalização do veículo, quanto do eventual ônus de pedágio no curso do processo de substituição da frota de veículos;

5.1.13. Providenciar a identificação visual dos veículos com o logotipo do respectivo Contratante, nos termos solicitados por este, assumindo integralmente os custos decorrentes dessa obrigação;

5.1.14. Observar que deverá ser cumprida a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, em especial as Leis Municipais nº 11.733, de 27 de março de 1995, nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e nº 15.688, de 11 de abril de 2013, e os Decretos Municipais nº 50.232, de 17 de novembro de 2008, e nº 53.989, de 13 de junho de 2013, e demais atos normativos aplicáveis;

5.1.14.1. A Contratada deverá manter na frota destinada a cada contrato apenas os veículos devidamente aprovados na inspeção veicular.

5.1.15. Assegurar que os veículos permaneçam à disposição do Contratante durante a vigência do contrato, não podendo ser utilizados para outros fins;

5.1.16. Disponibilizar veículos abastecidos em sua capacidade máxima, em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza, conforme as especificações do fabricante. Adicionalmente, deverá responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível, preferencialmente mediante a disponibilização de cartão magnético de gerenciamento de combustível ou outro instrumento destinado para tal fim;

5.1.17. Observar que os veículos deverão, obrigatoriamente, ser abastecidos com etanol, conforme o §1º do art. 10 da Portaria SEGES nº 03, de 2026;

5.1.18. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, inclusive despesas relativas à troca de óleo e lubrificantes, aos reparos mecânicos necessários à sua manutenção ou decorrente de acidente e ao abastecimento do combustível dos veículos;

5.1.19. Lavar e higienizar os veículos, nas frequências e condições estabelecidas neste instrumento, de modo a garantir a permanência deles em estado ótimo de conservação. Os serviços de lavagem e higienização necessários para este fim serão suportados pela Contratada;

5.1.20. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, inclusive despesas e outros ônus provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da Contratada;

5.1.21. Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos de acordo com as especificações e recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a troca de óleo/lubrificantes, filtros e a substituição de pneus e peças desgastadas, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;

5.1.22. Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;

5.1.23. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

5.1.24. Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores disponibilizados para o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria;

5.1.25. Comunicar ao representante do Contratante, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego que impliquem a alteração de itinerários e horários;

5.1.26. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando ao Contratante os condutores com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima de 3 (três) anos na função;

5.1.27. Comprovar formação técnica e específica dos condutores dos veículos mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo a legislação de trânsito, regulamentada pelo CONTRAN, pela SENATRAN e pelo DETRAN;

5.1.28. Fornecer relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), juntamente da comprovação do vínculo empregatício, do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e da cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

5.1.28.1. O mesmo procedimento previsto na subdivisão acima deverá ocorrer quando da substituição ou alteração desses profissionais ao longo da vigência contratual.

5.1.29. Manter em serviço somente profissionais capacitados e portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar o nome da Contratada, número de registro, a função e fotografia do empregado portador;

5.1.30. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que eles mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do Contratante, observando a legislação que disciplina a jornada de trabalho e período de descanso dos condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

5.1.31. Não permitir que qualquer condutor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica (Lei Federal nº 9.503, de 1997, art. 276);

5.1.32. Assumir o ônus pelo recolhimento de seguro contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

5.1.32.1. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nos termos do artigo 121 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.1.33. Providenciar treinamento e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos nos níveis de qualidade desejados;

5.1.34. Efetuar a substituição do condutor, em até 2 (duas) horas, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

5.1.35. Comunicar ao Contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de condutores dos itinerários ou dos serviços;

5.1.36. Manter controle de frequência e pontualidade de seus empregados, em um formato padrão, o qual deverá estar permanentemente à disposição da fiscalização e ser entregue com a medição dos serviços;

5.1.37. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, sem ônus para seus empregados;

5.1.38. Fornecer vale-refeição e cesta básica que estejam previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

5.1.39. Fornecer obrigatoriamente aos empregados alocados na contratação os benefícios que estejam previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços;

5.1.40. Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não seja mantido em serviço;

5.1.41. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.1.42. Comunicar ao Contratante toda ocorrência de afastamento, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços. No caso de substituição ou inclusão, a Contratada anexará documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos exigidos neste instrumento, ficando a cargo do Contratante aceitá-los ou não;

5.1.43. Apresentar ao Contratante, sempre que exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e de seguro do casco, danos a terceiros e danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço do Contratante no âmbito da contratação;

5.1.44. Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como de danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, sendo de sua responsabilidade;

5.1.45. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

5.1.46. A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder a anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada;

5.1.47. Responsabilizar-se por quaisquer multas ambientais e de trânsito durante a execução do contrato;

5.1.48. Disponibilizar veículos e condutores em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

5.1.49. Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo estando sempre de posse do condutor;

5.1.50. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao Contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços;

5.1.51. Observar que a Contratada deverá retirar os veículos locados em até 5 (cinco) dias úteis após o término do contrato.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA CONTRATADA

6.1. Constituem obrigações e responsabilidades socioambientais da Contratada:

6.1.1. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus e lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, devendo:

6.1.1.1. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando a contribuir com o atendimento aos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;

6.1.1.2. Observar que a constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções e/ou extinção contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, nos termos das normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo;

6.1.1.3. Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;

6.1.1.4. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento e demais fatores que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, observando-se as normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

6.1.1.5. Disponibilizar os veículos com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

6.2. Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, do CONAMA e da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, destacando-se a Lei Federal nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, a Resolução CONAMA nº 16, de 17 de dezembro de 1993, a Portaria IBAMA nº 85, de 17 de outubro de 1996, a Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976 e os Decretos Estaduais nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e nº 59.113, de 23 de abril de 2013, com suas respectivas alterações.

6.3. Disponibilizar veículos classificados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) como A ou B quanto ao consumo energético, considerando-se sua categoria e visando à utilização mais eficiente de combustível e à redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa.

6.4. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e ao descarte de pneus, bem como dos resíduos resultantes dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

6.5. Observar as disposições contidas na Lei Estadual nº 14.186, de 15 de julho de 2010, quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

6.6. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada e segura, em conformidade com Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, e demais legislações aplicáveis.

6.7. Responsabilizar-se pela logística reversa, obedecendo a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados.

6.8. Descartar todo o resíduo reciclável gerado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes.

6.9. Responsabilizar-se por todos os descartes, segundo as recomendações normativas sobre o assunto, dando um fim responsável a tais materiais de tal forma que cause o menor impacto possível, de acordo com as boas práticas de preservação do meio ambiente.

6.10. Observar que os veículos envolvidos na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993, alterada pela Resolução nº 8, de 31 de agosto de 1993, e nº 272, de 14 de setembro de 2000, bem como à legislação correlata. Os veículos também deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, conforme o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), nos termos da Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 e suas eventuais alterações, ou da norma que vier a estabelecer nova fase do PROCONVE para veículos leves.

6.11. Providenciar a destinação ambiental das baterias usadas ou inservíveis, segundo o disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações e responsabilidades do Contratante:

7.1.1. Expedir autorização de início dos serviços;

7.1.2. Fiscalizar e controlar o uso dos veículos locados, tomando as providências necessárias para assegurar que toda utilização seja registrada em meio eletrônico;

- 7.1.3. Indicar as instalações para guarda dos veículos locados que, por manifestação expressa de sua autoridade máxima, devam ser guardados nas respectivas unidades onde prestam serviço ou em próprios municipais próximos a elas, conforme previsto no item [3.35](#);
- 7.1.4. Garantir que a utilização dos veículos alocados seja adstrita às atividades do Contratante;
- 7.1.5. Utilizar os veículos exclusivamente em vias normais de rodagem;
- 7.1.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- 7.1.7. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) do contrato para acompanhamento da execução contratual, competindo ao Contratante a fiscalização dos serviços a qualquer instante, o que inclui a solicitação à Contratada, sempre que achar conveniente, de informações acerca de seu andamento;
- 7.1.8. Esclarecer dúvidas com relação aos serviços a serem prestados;
- 7.1.9. Responsabilizar-se por tarifas rodoviárias, hidroviárias e de estacionamento, quando for o caso, durante a execução do contrato, o que não se aplica ao processo de substituição de frotas;
- 7.1.10. Fornecer à Contratada o(s) arquivo(s) digital(is) de seu logotipo, as dimensões e demais informações necessárias para a identificação visual dos veículos;
- 7.1.11. Divulgar no Portal da Transparência os dados obtidos pelo sistema de rastreamento, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos, em cumprimento ao artigo 23, § 2º, da Lei Municipal nº 17.273, de 2020, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo;
- 7.1.12. Analisar os documentos relativos à comprovação do pagamento de todos os salários, benefícios e encargos;
- 7.1.13. Fornecer os itinerários e horários de partida e chegada;
- 7.1.14. Disponibilizar instalações sanitárias;
- 7.1.15. Observar os atos normativos aplicáveis, em especial o Decreto Municipal nº 63.424, de 2024, que fixa vedações e medidas de controle de uso dos serviços de transporte individual de

agentes públicos, e as normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Gestão, incluindo a Portaria SEGES nº 03, de 2026 e suas eventuais alterações.

8. FORMAS DE REMUNERAÇÃO

8.1. As formas de remuneração e correspondentes unidades de medida definidas para a contratação desses serviços serão as seguintes:

8.1.1. **Valor fixo:** correspondente aos gastos fixos mensais do veículo, acrescido do valor da mão de obra do condutor;

8.1.1.1. Exclusivamente no caso do item 33 da contratação (CATSER 15008), integrante do grupo G8, o seu valor fixo mensal corresponde apenas aos gastos fixos da mão de obra do motorista plantonista noturno, sem compreender os gastos fixos do veículo.

8.1.2. **Valor variável:** correspondente aos gastos que variam em função da distância percorrida (quilômetro rodado) pelo veículo no mês;

8.1.3. **Horas adicionais do motorista:** corresponde às horas trabalhadas fora dos dias e horários previstos para a escala de trabalho contratada.

8.2. Portanto, a remuneração será composta pela soma do valor fixo mensal e do valor variável, acrescida das horas adicionais efetivamente utilizadas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato decorrente do sistema de registro de preços será empreitada por preço unitário.

Da participação de cooperativas

9.3. Considerando que os serviços de locação de veículos demandam, por sua natureza, execução em estado de subordinação e dependência, quer em relação ao fornecedor, quer em

relação ao Município, é vedada a participação de cooperativas na licitação e sua contratação (art. 10, inciso XI, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

10.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização

10.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s).

Fiscalização do contrato quanto à conformidade dos serviços executados

10.9. O fiscal acompanhará a execução do contrato e a conformidade dos serviços executados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, arts. 119 e 120).

10.10. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relativas à execução contratual, informando à unidade responsável pela gestão do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da Contratada, das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, I).

10.11. O fiscal recepcionará da Contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e na portaria da Secretaria Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, devendo conferi-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão do contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, II).

10.12. O fiscal realizará, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, aprovará a planilha de medição emitida pela Contratada e, se os serviços forem prestados a contento, total ou parcialmente, atestará a respectiva nota fiscal ou fatura e a prestação dos serviços (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, III).

10.13. O fiscal adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de prorrogação, rescisão, suspensão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, IV).

10.14. O fiscal informará à unidade responsável pela gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

10.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente à unidade responsável pela gestão do contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, I).

10.16. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo I/A](#) deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.18. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.19. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.20. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

10.21. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10.23. É vedada a atribuição à Contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

10.24. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.25. A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá consultar a unidade demandante dos serviços e, se for o caso, comunicar à unidade responsável pela gestão do contrato para que esta informe a autoridade competente sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, visando à adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 120, V).

10.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.27. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

10.27.1. A fiscalização do Contratante terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências vinculadas à execução dos serviços contratados, podendo verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, dos equipamentos e dos utensílios utilizados;

10.27.2. O Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no Edital e no contrato;

10.27.3. Ao Contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, sem qualquer ônus adicional ao Contratante;

10.27.4. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado, cabendo, também a ele, realizar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pela Contratada;

10.27.5. A autoridade competente do Contratante poderá ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissionais da Contratada que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a exclusivo critério do Contratante, julgar inconveniente;

10.27.6. A fiscalização do Contratante não permitirá que o condutor execute tarefas em desacordo com o objeto da contratação;

10.27.7. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime a Contratada do regular cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

10.28. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

10.29. As disposições previstas neste Termo de Referência acerca da fiscalização do contrato quanto à conformidade dos serviços executados não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

10.30. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, registrando em relatório a ser encaminhado à unidade responsável pela gestão do contrato.

Fiscalização do contrato quanto às obrigações sociais e trabalhistas

10.31. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

10.32.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

10.32.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.32.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

10.32.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

10.32.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m).

10.32.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os documentos elencados no art. 1º e no respectivo §1º da Portaria SF nº 275, de 05 de setembro de 2024, além dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

10.32.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

10.32.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede da Contratada que tenham sido exigidas no Edital para fins de habilitação;

10.32.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

10.32.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.32.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 124, I, “h”):

10.32.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

10.32.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

10.32.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

10.32.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

10.32.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

10.32.4. A Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

10.32.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade da Contratada sem extinção de seus contratos de trabalho;

10.32.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

10.32.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

10.32.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

10.32.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

10.33. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa à Contratada, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.34. Sempre que houver admissão de novo empregado pela Contratada, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, elencados no item [10.32.1](#) acima, deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pela Contratada de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.35. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção ou rescisão da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

10.36. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

10.36.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

10.36.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

10.36.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

10.37. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

10.38. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

10.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

10.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

10.41. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.41.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pela Contratada sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

10.42. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.43. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

10.44. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.45. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

10.46. As disposições previstas neste Termo de Referência acerca da fiscalização do contrato quanto às obrigações sociais e trabalhistas não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

10.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado à unidade responsável pela gestão do contrato.

Gestão do contrato

10.48. A unidade responsável pela gestão do contrato atuará conjuntamente com a fiscalização, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste, e exercerá as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, incluindo os atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à formalização, à prorrogação, à alteração, ao apostilamento e à rescisão do contrato, bem como ao pagamento e à eventual aplicação de penalidade à Contratada (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, III, IV, VIII, XI, XII e XIII).

10.49. A unidade responsável pela gestão do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato e a inexistência de registros no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, instruindo processo documental vinculado ao da contratação, no qual deverão ser encartadas as certidões de habilitação exigidas no edital e as comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, VII, XV e XVIII).

10.50. Identificada qualquer irregularidade nas certidões descritas na subdivisão anterior, a unidade responsável pela gestão do contrato notificará a Contratada para regularização em prazo determinado (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XVIII).

10.51. A unidade responsável pela gestão do contrato manterá o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, X).

10.52. A unidade responsável pela gestão do contrato verificará se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal, está de acordo com o disposto no contrato e na portaria da Secretaria Municipal da Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XII).

10.53. Havendo conformidade da documentação necessária ao pagamento, a unidade responsável pela gestão do contrato deverá encaminhar o processo à unidade contábil de execução orçamentária, conforme a estrutura de cada órgão, a fim de prosseguir com a liquidação. Do contrário, o processo deverá ser devolvido ao fiscal para as devidas correções (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XVIII).

10.54. A unidade responsável pela gestão do contrato, ao tomar conhecimento da existência de qualquer infração contratual, deverá relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar às autoridades responsáveis, com a devida justificativa técnica, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XIII).

10.55. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento da unidade responsável pela gestão do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, caberá à unidade gestora apurá-la e, se o caso, adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, XIV).

10.56. A unidade responsável pela gestão do contrato, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e/ou pelo fiscal, comunicará a autoridade competente para que esta promova a prorrogação contratual ou, quando for o caso, a

adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, art. 118, IX e XI).

10.57. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à gestão do contrato não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a matéria.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

11.1.1. O valor devido referente aos serviços efetivamente executados de cada item será obtido mediante a soma do preço fixo contratual com a aplicação do respectivo preço unitário variável às quantidades de quilômetros efetivamente rodados e do preço unitário correspondente às horas adicionais efetivamente utilizadas, descontando-se as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas por motivos imputáveis à Contratada.

11.2. O Contratante realizará a avaliação da qualidade dos serviços efetivamente executados por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo A](#) deste Termo de Referência, o qual descreve os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal.

11.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

11.4. O recebimento do objeto contratual deverá obedecer ao disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, devendo ser formalizado por meio de ateste e termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências técnicas e contratuais.

Liquidação

11.5. Para fins de liquidação, deverão ser observados os procedimentos padronizados na Portaria SF nº 275, de 2024, ou em outra norma que vier a substituí-la ou alterá-la.

Prazo de pagamento

11.6. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

11.6.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.7. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012.

11.7.1. Para fins de cálculo da compensação financeira, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

11.7.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

11.8. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

11.9. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

11.10. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos elencados no artigo 1º e no respectivo § 1º da Portaria SF nº 275, de 2024, ou em outra norma que vier a substituí-la ou alterá-la.

11.10.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.11. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista na subdivisão anterior, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

Forma de pagamento

11.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no Banco do Brasil S/A, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

11.12.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do parágrafo único do artigo 8º da Lei Municipal nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 47.096, de 21 de março de 2006.

11.13. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

11.14. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

12. DA REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.2. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

12.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de

obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.2.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.5. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.6.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.6.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.7. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I - I^o)}{I^o}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

12.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

12.7.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

12.7.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

12.8. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

12.9. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

12.9.1. à data do pedido, para os custos decorrentes do mercado (art. 137, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

12.9.2. à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, para os custos decorrentes de mão de obra (art. 137, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

12.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.12. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.14. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

12.15. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.15.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.16. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

12.17. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.18. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

12.19. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5,00% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

13.1.1. Na hipótese da modalidade de fiança bancária, seguro-garantia ou títulos da dívida pública, o prazo de validade para execução da garantia deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual, salvo prazo diverso fixado em normativo da Secretaria Municipal da Fazenda;

13.1.2. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, admitindo-se uma prorrogação mediante requerimento justificado e aceito pelo Contratante, nos termos do art. 125, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022;

13.1.3. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a Contratada será convocada a reforçar ou renovar a garantia, sob pena de multa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma porcentagem estabelecida no item 13.1;

13.1.4. O não cumprimento do disposto nos subitens anteriores ensejará aplicação das penalidades previstas no contrato;

13.1.5. A garantia exigida poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial causados ao Contratante ou a terceiros, bem como as multas aplicadas à Contratada, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 05 de junho de 2012;

13.1.6. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 2012;

13.1.6.1. Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do Contratante, a garantia será retida e poderá ser utilizada para garantia do juízo;

13.1.7. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8. Na prestação da garantia, serão observados os procedimentos e normas fixados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em especial as Portarias SF nº 76, de 22 de março de 2019 e alterações subsequentes, e nº 338, de 02 de dezembro de 2021 e alterações subsequentes, ou qualquer outra norma que vier a alterá-las ou substituí-las.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO I/A - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Item	Descrição	Atendido	Parc. atendido	Não atendido	Não se aplica
1	Informações sobre o veículo e motorista repassadas na programação do transporte.				
2	Cumprir o horário indicado para a entrega do veículo e entregar o veículo em condições no local e hora determinada				
3	Motorista pontual e educado com os passageiros.				
4	Motorista habilitado, capacitado e uniformizado.				
5	Veículo e motorista à disposição dos passageiros durante todo o período da viagem.				
6	O veículo considerado inadequado à prestação do serviço foi imediatamente substituído antes do início da viagem.				
7	No decorrer da viagem, quando foi necessário, o veículo foi imediatamente substituído por outro similar, por não estar em condições de uso, em virtude de falha mecânica, más condições de conservação e limpeza, avaria resultante de acidente, revisões, quaisquer defeitos que não possam ser reparados, ainda que sejam alheios à sua vontade.				
8	Motorista(s) munido(s) de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor.				
9	Lavar e higienizar os veículos, nas frequências e condições estabelecidas, arcando com as despesas decorrentes dessa obrigação.				

Parâmetro para medição do IMR:

Faixa 1 – 100% – De 0 a 2 itens avaliados como “Não atendido”.
 Faixa 2 – 95% – De 3 a 4 itens avaliados como “Não atendido”.
 Faixa 3 – 90% – De 5 a 6 itens avaliados como “Não atendido”.
 Faixa 4 – 85% – De 7 a 8 itens avaliados como “Não atendido”.
 Faixa 5 – 80% – De 9 ou 10 itens avaliados como “Não atendido”.

Cada 2 (dois) itens avaliados como parcialmente atendidos corresponderão a 1 (um) item não atendido.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO I/B - RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Anexo I/B.1 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G1

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925000	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	2	48.000	624	432
2	925002	SUB SE - Subprefeitura Sé	5	120.000	1.560	1.080
3	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	5	120.000	1.560	1.080
4	925018	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	3	72.000	936	648
5	925020	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	2	48.000	624	432
6	925052	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	2	48.000	624	432
7	925054	SMC - Secretaria Municipal de Cultura	2	48.000	624	432
8	925056	SGM - Secretaria de Governo Municipal	5	120.000	1.560	1.080
9	925057	SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	3	72.000	936	648
10	925066	SUB BT - Subprefeitura Butantã	3	72.000	936	648
11	925080	SUB LA - Subprefeitura Lapa	3	72.000	936	648
12	925102	HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	1	24.000	312	216
13	926360	FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1	24.000	312	216
14	928657	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	2	48.000	624	432
15	929509	SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	2	48.000	624	432
Total			41	984.000	12.792	8.856

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925000	SEGES - Secretaria Municipal de Gestão	CAF	2	R. Boa Vista, 280	Centro	01014-010	Centro
2	925002	SUB SE - Subprefeitura Sé	Unidade de Tráfego	5	R. Dr. Rodrigo Silva, 98	Centro	01501-010	Centro
3	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	Garagem	5	Tv. Grassi, 10	Bela Vista	01316-050	Centro
4	925018	SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	Sede	3	R. Boa Vista, 128/136	Centro	01014-000	Centro
5	925020	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	Sede	2	R. do Paraíso, 387	Paraíso	04103-000	Sul



Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
6	925052	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Sede	2	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro
7	925054	SMC - Secretaria Municipal de Cultura	Sede	2	R. Líbero Badaró, 346	Centro	01008-000	Centro
8	925056	SGM - Secretaria de Governo Municipal	Sede	5	Vd. do Chá, 15	Centro	01002-020	Centro
9	925057	SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	Sede	3	R. São Bento, 405	Centro	01011-100	Centro
10	925066	SUB BT - Subprefeitura Butantã	Sede	3	R. Dr. Ulpiano da Costa Manso, 201	Jardim Peri Peri	05538-000	Oeste
11	925080	SUB LA - Subprefeitura Lapa	Sede	3	R. Guaicurus, 1000	Vila Romana	05033-002	Oeste
12	925102	HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	Sede	1	R. Castro Alves, 60	Aclimação	01532-000	Centro
13	926360	FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	Sede	1	R. Conselheiro Crispiniano, 378	República	01037-000	Centro
14	928657	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	Sede	2	Av. Dra. Ruth Cardoso, 7123 / Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 595	Pinheiros	05425-070 05459-010	Oeste
15	929509	SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	Sede	2	R. Líbero Badaró, 377	Centro	01008-000	Centro

Anexo I/B.2 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G2

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925069	SUB CV - Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	6	144.000	1.872	1.296
2	925073	SUB FB - Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	5	120.000	1.560	1.080
3	925079	SUB JT - Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	6	144.000	1.872	1.296
4	925085	SUB PR - Subprefeitura Perus	5	120.000	1.560	1.080
5	925087	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	6	144.000	1.872	1.296
6	925088	SUB ST - Subprefeitura Santana/Tucuruvi	8	192.000	2.496	1.728
7	925091	SUB MG - Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	7	168.000	2.184	1.512
Total			43	1.032.000	13.416	9.288

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925069	SUB CV - Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	Sede	6	Av. Ordem e Progresso, 1001	Jardim das Laranjeiras	01141-030	Norte
2	925073	SUB FB - Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	Sede	5	Av. João Marcelino Branco, 95	Vila dos Andrades	02610-000	Norte
3	925079	SUB JT - Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	Sede	6	Av. Luis Stamatis, 300	Vila Constança	02260-000	Norte



4	925085	SUB PR - Subprefeitura Perus	Sede	5	R. Ylídio Figueiredo, 349	Vila Perus	05204-220	Norte
5	925087	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	Unidade de Transportes Internos	6	R. Valdir Padovan, 100	Chácara Inglesa	05143-025	Norte
6	925088	SUB ST - Subprefeitura Santana/Tucuruvi	Sede	8	Av. Tucuruvi, 808	Tucuruvi	02302-002	Norte
7	925091	SUB MG - Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	Sede	7	R. General Mendes, 111	Vila Maria Alta	02127-020	Norte

Anexo I/B.3 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G3

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925067	SUB CL - Subprefeitura Campo Limpo	6	144.000	1.872	1.296
2	925068	SUB CS - Subprefeitura Capela do Socorro	8	192.000	2.496	1.728
3	925070	SUB AD - Subprefeitura Cidade Ademar	6	144.000	1.872	1.296
4	925078	SUB JA - Subprefeitura Jabaquara	4	96.000	1.248	864
5	925081	SUB MB - Subprefeitura M'Boi Mirim	8	192.000	2.496	1.728
6	925083	SUB PA - Subprefeitura Parelheiros	8	192.000	2.496	1.728
7	925092	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	3	72.000	936	648
8	927353	SUB SA - Subprefeitura Santo Amaro	6	144.000	1.872	1.296
Total			49	1.176.000	15.288	10.584

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925067	SUB CL - Subprefeitura Campo Limpo	Sede	6	Av. Giovanni Gronchi, 7143	Vila Andrade	05724-005	Sul
2	925068	SUB CS - Subprefeitura Capela do Socorro	Sede	8	R. Cassiano dos Santos, 499	Jardim Cliper	04827-110	Sul
3	925070	SUB AD - Subprefeitura Cidade Ademar	Sede	6	Av. Yervant Kissajikian, 416	Vila Constância	03132-050	Sul
4	925078	SUB JA - Subprefeitura Jabaquara	Sede e Unidade de Transportes Internos	4	Av. Eng. de Arruda Pereira, 2314 / R. Borboletas Psicodélicas,	Jabaquara	04308-001 04313-110	Sul
5	925081	SUB MB - Subprefeitura M'Boi Mirim	Sede	8	Av. Guarapiranga, 1695	Parque Alves de Lima	04903-015	Sul
6	925083	SUB PA - Subprefeitura Parelheiros	Sede	8	Estr. Ecoturística de Parelheiros, 5252	Jardim dos Álamos	03132-050	Sul
7	925092	SUB VM - Subprefeitura Vila Mariana	Sede	3	R. José de Magalhães, 500	Vila Clementino	04026-090	Sul
8	927353	SUB SA - Subprefeitura Santo Amaro	Sede	6	Pç. Floriano Peixoto, 54	Santo Amaro	04751-030	Sul

Anexo I/B.4 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G4

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925014	SUB IQ - Subprefeitura Itaquera	5	120.000	1.560	1.080
2	925065	SUB AF - Subprefeitura Aricanduva/Formosa	6	144.000	1.872	1.296
3	925071	SUB CT - Subprefeitura Cidade Tiradentes	5	120.000	1.560	1.080
4	925072	SUB EM - Subprefeitura Ermelino Matarazzo	5	120.000	1.560	1.080
5	925074	SUB G - Subprefeitura Guaianases	3	72.000	936	648
6	925076	SUB IT - Subprefeitura Itaim Paulista	4	96.000	1.248	864
7	925082	SUB MO - Subprefeitura Mooca	5	120.000	1.560	1.080
8	925089	SUB SM - Subprefeitura São Mateus	4	96.000	1.248	864
9	925090	SUB MP - Subprefeitura São Miguel Paulista	4	96.000	1.248	864
10	925093	SUB VP - Subprefeitura Vila Prudente	5	120.000	1.560	1.080
11	926392	SUB PE - Subprefeitura Penha	3	72.000	936	648
12	926403	SUB SB - Subprefeitura Sapopemba	4	96.000	1.248	864
Total			53	1.272.000	16.536	11.448

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925014	SUB IQ - Subprefeitura Itaquera	Sede	5	R. Augusto Carlos Bauman, 851	Itaquera	08215-263	Leste
2	925065	SUB AF - Subprefeitura Aricanduva/Formosa	Sede	6	R. Atucuri, 699	Chácara Santo Antônio	03411-000	Leste
3	925071	SUB CT - Subprefeitura Cidade Tiradentes	Sede	5	R. Juá Mirim, s/n	José Bonifácio	08490-800	Leste
4	925072	SUB EM - Subprefeitura Ermelino Matarazzo	Sede	5	Av. São Miguel, 5550	Jardim Cotinha	03870-100	Leste
5	925074	SUB G - Subprefeitura Guaianases	Sede e Unidade de Transportes Internos	3	R. Hipólito de Camargo, 479 / R. Luís Mateus, 1505	Guaianases	08410-030 08420-750	Leste
6	925076	SUB IT - Subprefeitura Itaim Paulista	Sede	4	Av. Marechal Tito, 3012	Vila Curuçá	08115-000	Leste
7	925082	SUB MO - Subprefeitura Mooca	Unidade de Transportes Internos	5	R. Jaibará, 299	Belenzinho	03163-040	Leste
8	925089	SUB SM - Subprefeitura São Mateus	Sede	4	Av. Ragheb Chohfi, 1400	Jardim Três Marias	08375-000	Leste
9	925090	SUB MP - Subprefeitura São Miguel Paulista	Sede	4	R. Dona Ana Flora Pinheiro de Sousa, 76	Vila Jacuí	08060-150	Leste
10	925093	SUB VP - Subprefeitura Vila Prudente	Sede	5	Av. do Oratório, 172	Vila Prudente	03220-000	Leste
11	926392	SUB PE - Subprefeitura Penha	Sede	3	R. Candapuí, 492	Vila Marieta	03621-040	Leste
12	926403	SUB SB - Subprefeitura Sapopemba	Sede	4	Av. Sapopemba, 9064	Jardim Adutora	03372-080	Leste

Anexo I/B.5 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G5

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925003	SMS - Secretaria Municipal de Saúde	21	504.000	6.552	4.536
2	925208	SMS CRS Sudeste - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste	12	288.000	3.744	2.592
3	925211	SMS CRS Sul - Coordenadoria Regional de Saúde Sul	12	288.000	3.744	2.592
4	925212	SMS CRS Norte - Coordenadoria Regional de Saúde Norte	9	216.000	2.808	1.944
Total			54	1.296.000	16.848	11.664

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925003	SMS - Secretaria Municipal de Saúde	Sede	9	R. Dr. Siqueira Campos, 176	Liberdade	01509-020	Central
			SAMU 192	2	R. Jaraguá, 858	Bom Retiro	01129-000	Central
			Hospital Municipal Dr. Alexandre Zaio	1	R. Alves Maldonado, 128	Vila Nhocuné	02720-200	Leste
			Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio	1	Av. Celso Garcia, 4815	Tatuapé	03063-000	Leste
			Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Correa Neto	1	Al. Rodrigo de Brum, 1989	Ermelino Matarazzo	03807-230	Leste
			Hospital Municipal Tide Setúbal	2	R. Dr. José Guilherme Eiras, 123	São Miguel Paulista	08010-220	Leste
			Hospital Municipal Prof. Waldomiro de Paula	1	R. Augusto Carlos Bauman, 1074	Itaquera	08215-263	Leste
			Hospital Municipal e Maternidade-Escola Dr. Mário de Moraes	1	Av. Deputado Emílio Carlos, 3100	Vila Nova Cachoeirinha	02720-200	Norte
			Hospital Municipal e Maternidade Prof. Mário Degni	1	R. Lucas de Leyde, 257	Rio Pequeno	05376-010	Oeste
			Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires Rocha	1	Estr. de Itapeperica, 1661	Vila Maracanã	03132-050	Sul
			Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya	1	Av. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860	Jabaquara	04330-020	Sul
			Sede	2	R. Padre Marchetti, 557	Ipiranga	04266-000	Sul
2	925208	SMS CRS Sudeste - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste	STS Vila Prudente/Sapopemba	2	Pç. Centenário de Vila Prudente, 108	Vila Prudente	03132-050	Leste
			STS Aricanduva/Mooca	2	R. Juca Mendes, 179	Vila Carrão	03428-020	Leste
			STS Penha	2	R. Candapuí, 492	Vila Marieta	03621-000	Leste
			STS Jabaquara/Vila Mariana	2	R. Guapiaçu, 312	Vila Clementino	04024-020	Sul
			STS Ipiranga	2	R. Lino Coutinho, 841	Ipiranga	04207-001	Sul
3	925211	SMS CRS Sul - Coordenadoria Regional de Saúde	Sede	3	Av. Giovanni Gronchi, 7143	Vila Andrade	05724-005	Sul



Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
4	925212	Sul	STS M'Boi Mirim	2	Estr. de Itapeperica, 961	Vila das Belezas	03132-050	Sul
			STS Parelheiros	1	Estr. Ecoturística de Parelheiros, 334	Jardim Casa Grande	03132-050	Sul
			STS Santo Amaro/Cidade Ademar	2	R. Aristides da Silveira Lobo, 178	Jardim Prudência	04648-180	Sul
			STS Capela do Socorro	2	Av. Interlagos, 6412	Interlagos	04777-000	Sul
			STS Campo Limpo	2	Av. Comendador Sant'Anna, 676	Capão Redondo	05866-000	Sul
		SMS CRS Norte - Coordenadoria Regional de Saúde Norte	Sede	2	R. Paineira do Campo, 902	Santana	02012-040	Norte
			STS Vila Maria/Vila Guilherme	1	Av. Alberto Byington, 1526	Vila Maria	02127-001	Norte
			STS Santana	1	R. Voluntários da Pátria, 3063	Santana	02401-200	Norte
			STS Casa Verde	1	R. Ferreira de Almeida, 73	Jardim das Laranjeiras	02517-150	Norte
			STS Freguesia do Ó	2	R. Pedregulho, 10	Freguesia do Ó	02757-110	Norte
			STS Pirituba	1	R. Uratinga, 90	Vila Palmeiras	02933-140	Norte
			STS Perus	1	R. Antônio Maia, 29	Perus	05204-110	Norte

Anexo I/B.6 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G6

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925013	SME - Secretaria Municipal de Educação	27	648.000	8.424	5.832
2	925195	SME DRE FB - Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia	2	48.000	624	432
3	925196	SME DRE JT - Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé	3	72.000	936	648
4	925198	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	1	24.000	312	216
5	925199	SME DRE SA - Diretoria Regional de Educação Santo Amaro	2	48.000	624	432
6	925200	SME DRE CL - Diretoria Regional de Educação Campo Limpo	2	48.000	624	432
7	925201	SME DRE CS - Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro	4	96.000	1.248	864
8	925202	SME DRE PE - Diretoria Regional de Educação Penha	2	48.000	624	432
9	925203	SME DRE MP - Diretoria Regional de Educação São Miguel	2	48.000	624	432
10	925205	SME DRE G - Diretoria Regional de Educação Guaianases	4	96.000	1.248	864
11	925206	SME DRE SM - Diretoria Regional de Educação São Mateus	3	72.000	936	648
12	926364	SME DRE IP - Diretoria Regional de Educação Ipiranga	1	24.000	312	216
13	926378	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	2	48.000	624	432



14	929188	SME DRE IQ - Diretoria Regional de Educação Itaquera	2	48.000	624	432
Total			57	1.368.000	17.784	12.312

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925013	SME - Secretaria Municipal de Educação	Sede	11	R. Borges Lagoa, 1230 / R. José de Magalhães, 191	Vila Clementino	04038-003 04026-090	Sul
			CODAE/DINUTRE	1	R. Apucarana, 215	Tatuapé	03311-000	Leste
				1	Av. Nordestina, 747	Vila Americana	08021-000	Leste
				1	Av. Afonso de Sampaio e Sousa, 484	Jardim N. Sra. do Carmo	08285-060	Leste
				1	Av. Ragueb Chohfi, 1550	Jardim Três Marias	08375-000	Leste
				2	R. Agapito Maluf, 58	Vila Princesa Isabel	08410-131	Leste
				1	Av. Tucuruvi, 808	Tucuruvi	02304-002	Norte
				1	R. Marina Ciufuli Zanflice, 371	Lapa de Baixo	05040-000	Oeste
				1	R. Aurélia, 996	Vila Romana	05046-000	Oeste
				1	R. Padre Eugênio Lopes, 361	Vila Progredior	05615-010	Oeste
				1	R. Leandro Dupret, 525	Vila Clementino	04025-012	Sul
				1	Av. Dr. Lino de Moraes Leme, 1090	Vila Alexandria	04360-000	Sul
				2	R. Deputado Adib Chammas, 112	Veleiros	04773-170	Sul
				2	Av. João Dias, 3763	Jardim Santo Antônio	05801-000	Sul
2	925195	SME DRE FB - Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia	Sede	2	R. Marina Ciufuli Zanflice, 371	Lapa de Baixo	05040-000	Oeste
3	925196	SME DRE JT - Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé	Sede	1	Av. Tucuruvi, 808	Tucuruvi	02304-002	Norte
			DIPED/DICEU	2	R. Mariquinha Viana, 656	Água Fria	02408-130	Norte
4	925198	SME DRE BT - Diretoria Regional de Educação Butantã	Sede	1	R. Padre Eugênio Lopes, 361	Vila Progredior	05615-010	Oeste
5	925199	SME DRE SA - Diretoria Regional de Educação Santo Amaro	Sede	2	Av. Dr. Lino de Moraes Leme, 1090	Vila Alexandria	04360-000	Sul
6	925200	SME DRE CL - Diretoria Regional de Educação Campo Limpo	Sede	2	Av. João Dias, 3763	Jardim Santo Antônio	05801-000	Sul
7	925201	SME DRE CS - Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro	Sede	2	R. Monte Carlo, 25	Veleiros	04773-140	Sul
			DIPED/DICEU	2	Av. do Rio Bonito, 2330	Socorro	04776-003	Sul
8	925202	SME DRE PE - Diretoria Regional de Educação Penha	Sede	2	R. Apucarana, 215	Tatuapé	03311-000	Leste



Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
9	925203	SME DRE MP - Diretoria Regional de Educação São Miguel	Sede	2	Av. Nordestina, 747	Vila Americana	08021-000	Leste
10	925205	SME DRE G - Diretoria Regional de Educação Guaianases	Sede	3	R. Agapito Maluf, 58	Vila Princesa Isabel	08410-131	Leste
			Almoxarifado	1	R. Serra do Mar, 90	Guaianases	08410-160	Leste
11	925206	SME DRE SM - Diretoria Regional de Educação São Mateus	Sede	3	Av. Ragheb Chohfi, 1550	Jardim Três Marias	08375-000	Leste
12	926364	SME DRE IP - Diretoria Regional de Educação Ipiranga	Sede	1	R. Leandro Dupret, 525	Vila Clementino	04025-012	Sul
13	926378	SME DRE PJ - Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	Sede	2	R. Aurélia, 996	Vila Romana	05046-000	Oeste
14	929188	SME DRE IQ - Diretoria Regional de Educação Itaquera	Sede	2	Av. Afonso de Sampaio e Sousa, 484	Jardim N. Sra. do Carmo	08285-060	Leste

Anexo I/B.7 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G7

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)
1	925003	SMS - Secretaria Municipal de Saúde	7	168.000	2.184	1.512
2	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	8	192.000	2.496	1.728
3	925058	SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	15	360.000	4.680	3.240
4	925064	SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	7	168.000	2.184	1.512
5	925127	SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	2	48.000	624	432
6	926345	SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	4	96.000	1.248	864
7	926367	SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	5	120.000	1.560	1.080
8	927370	SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	1	24.000	312	216
9	928728	SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	24	576.000	7.488	5.184
Total			73	1.752.000	22.776	15.768

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925003	SMS - Secretaria Municipal de Saúde	SAMU	1	R. Jaraguá, 858	Bom Retiro	01129-000	Centro
			SAMU Centro	1	R. Avandava, 521	Bela Vista	01306-001	Centro
			SAMU Leste	1	Av. Pires do Rio, 199	São Miguel Paulista	08020-000	Leste
			SAMU Norte	1	R. Paineira do Campo, 902	Santana	02012-040	Norte
			SAMU Oeste	1	R. Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 519	Pinheiros	05415-030	Oeste



Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
			SAMU Sudeste	1	R. Padre Marchetti, 557	Ipiranga	04266-000	Sul
			SAMU Sul	1	R. Fernandes Moreira, 1470	Chácara Santo Antônio	04716-003	Sul
2	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	Garagem	8	Tv. Grassi, 10	Bela Vista	01316-050	Centro
3	925058	SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	Sede	15	R. XV de Novembro, 165	Centro	01013-001	Centro
4	925064	SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento	Sede	7	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro
5	925127	SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Sede	2	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro
6	926345	SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	Sede	4	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro
7	926367	SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	Sede	5	R. São Bento, 405	Centro	01011-100	Centro
8	927370	SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	Sede	1	Vd. do Chá, 15	Centro	01002-020	Centro
9	928728	SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de	Sede	24	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro

Anexo I/B.8 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G8

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 12 horas diárias - 2ª feira a sábado

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano (domingos e feriados)	Posto Noturno/Ano
1	925062	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	75	1.800.000	23.400	16.200	10
Total			75	1.800.000	23.400	16.200	10

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região ↓
1	925062	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Sede	23	R. Líbero Badaró, 119	Centro	01009-000	Centro
			Conselho Tutelar Bela Vista	1	R. Prof. Sebastião Soares de Faria, 27	Bela Vista	01317-010	Centro
			Conselho Tutelar Sé	1	R. Marconi, 53	República	01047-000	Centro
			Conselho Tutelar Aricanduva	1	R. Carapicuíba, 69	Vila Carrão	03438-090	Leste
			Conselho Tutelar Cangaíba	1	Av. Cangaíba, 1106	Cangaíba	03712-000	Leste
			Conselho Tutelar Cidade Líder	1	R. Veríssimo da Silva, 384	Jardim N. Sra. do Carmo	08275-270	Leste
			Conselho Tutelar Cidade Tiradentes I	1	R. Jorge Riguetti, 386	Cidade Tiradentes	08470-240	Leste



Seq.	UASG	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região ↓
			Conselho Tutelar Cidade Tiradentes II	1	Av. Dr. Guilherme de Abreu Sodré, 1045	Conj. Res. Prestes Maia	08490-010	Leste
			Conselho Tutelar Ermelino Matarazzo	1	R. Chesira Maltauro, 342	Parque Boturussu	03804-120	Leste
			Conselho Tutelar Guaianases	1	R. Comandante Carlos Huhl, 65	Vila Princesa Isabel	08410-130	Leste
			Conselho Tutelar Itaim Paulista	1	R. Barena, 667	Itaim Paulista	08110-320	Leste
			Conselho Tutelar Itaquera	1	R. Dona Maria de Camargo, 203/208	Itaquera	08215-260	Leste
			Conselho Tutelar Jardim Helena	1	Av. Oliveira Freire, 660	Parque Paulistano	08080-570	Leste
			Conselho Tutelar José Bonifácio	1	Av. Nagib Farah Maluf, 1531	Conj. Res. José Bonifácio	08255-220	Leste
			Conselho Tutelar Lajeado	1	R. General Oтелo Franco, 8	Vila Minerva	08441-300	Leste
			Conselho Tutelar Mooca	1	R. Serra de Botucatu, 829	Vila Gomes Cardim	03317-000	Leste
			Conselho Tutelar Penha	1	R. das Províncias, 218	Vila Marieta	03621-040	Leste
			Conselho Tutelar São Mateus	1	R. Antonio Previato, 1049	Cidade São Mateus	03958-010	Leste
			Conselho Tutelar São Miguel Paulista	1	R. Dona Ana Flora Pinheiro de Souza, 76	Vila Jacuí	08060-150	Leste
			Conselho Tutelar São Rafael	1	R. Manuel Pires Maciel, 207	Jardim Vera Cruz	08310-610	Leste
			Conselho Tutelar Sapopemba	1	R. José de Queiroz Matos, 216A	Jardim Grimaldi	03922-040	Leste
			Conselho Tutelar Vila Curuçá	1	R. Coqueiro Carandá, 110	Jardim dos Ipês	08161-420	Leste
			Conselho Tutelar Vila Prudente	1	R. das Verbenas, 72	Vila Lúcia	03144-020	Leste
			Conselho Tutelar Anhanguera	1	R. Honorato Pereira, 206	Jardim Santa Fé	05271-190	Norte
			Conselho Tutelar Brasilândia	1	R. Joaquim Ferreira da Rocha, 198	Brasilândi a	02845-000	Norte
			Conselho Tutelar Casa Verde	1	R. dos Patis, 767	Vila Nova Cachoeirin ha	02613-000	Norte
			Conselho Tutelar Freguesia do Ó	1	R. Cândida Franco de Barros, 381	Freguesia do Ó	02737-070	Norte
			Conselho Tutelar Jaconã	1	R. Capitão Nascimento, 195	Vila Nelson	02273-110	Norte
			Conselho Tutelar Jaruá	1	R. Elvira Hidalgo, 60	Jardim Vivan	02993-210	Norte
			Conselho Tutelar Perus	1	R. Gonçalves de Andrade, 177	Vila Perus	05211-210	Norte
			Conselho Tutelar Pirituba	1	R. Luis de Andrade, 131	Vila Pereira Barreto	02920-000	Norte
			Conselho Tutelar Santana	1	Av. Tucuruvi, 808	Tucuruvi	02304-002	Norte
			Conselho Tutelar Tremembé	1	R. Cel. Esdras de Oliveira, 359	Parque Casa de Pedra	02351-030	Norte



Seq.	UASG	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região ↓
			Conselho Tutelar Vila Maria	1	R. General Mendes, 144	Vila Maria Alta	02127-020	Norte
			Conselho Tutelar Butantã	1	R. André Saraiva, 300	Vila Sônia	05626-000	Oeste
			Conselho Tutelar Lapa	1	R. Roma, 149	Lapa	05050-090	Oeste
			Conselho Tutelar Pinheiros	1	R. Cunha Gago, 770	Pinheiros	05421-001	Oeste
			Conselho Tutelar Rio Pequeno	1	R. Doutor Paulo Ribeiro Coelho, 115	Jardim Ester Yolanda	05374-000	Oeste
			Conselho Tutelar Campo Limpo	1	Av. Giovanni Gronchi, 7143	Vila Andrade	05724-005	Sul
			Conselho Tutelar Capão Redondo	1	Estr. de Itapecerica, 8887	Capão Redondo	03132-050	Sul
			Conselho Tutelar Capela do Socorro	1	R. Walter Pereira Correia, 12	Jardim Cliper	04827-130	Sul
			Conselho Tutelar Cidade Ademar	1	R. Prof. Pedro Matias de Oliveira, 71	Cidade Ademar	04404-020	Sul
			Conselho Tutelar Grajaú I	1	R. José Quaresma Júnior, 2	Parque Grajaú	04843-600	Sul
			Conselho Tutelar Grajaú II	1	R. Uva Natal, 402	Vila Natal	04863-020	Sul
			Conselho Tutelar Ipiranga	1	R. Filipe Cardoso, 50	Cursino	04149-080	Sul
			Conselho Tutelar Jabaquara	1	Av. Eng. George Corbisier, 839	Jabaquara	04345-000	Sul
			Conselho Tutelar Jardim São Luiz	1	R. José Andreotti, 171	Parque Guarapiranga	04902-010	Sul
			Conselho Tutelar M'Boi Mirim	1	R. Capão Redondo, 262A	Jardim Santa Margarida	04931-100	Sul
			Conselho Tutelar Parelheiros	1	Estr. Ecoturística de Parelheiros, 5252	Jardim dos Álamos	03132-050	Sul
			Conselho Tutelar Pedreira	1	R. Antonio Teixeira Pinto, 9	Balneário Mar Paulista	04464-180	Sul
			Conselho Tutelar Sacomã	1	R. Arroio Grande, 508	Sacomã	04253-050	Sul
			Conselho Tutelar Santo Amaro	1	Av. Adolfo Pinheiro, 1175	Santo Amaro	04733-100	Sul
			Conselho Tutelar Vila Mariana	1	R. Botucatu, 959	Vila Clementino	04023-062	Sul

Anexo I/B.9 - Relação de Órgãos Participantes do Grupo G9

1. Jornada de trabalho do grupo

- Posto 12x36 horas - 2ª feira a domingo

2. Quantitativos por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Veículo/Ano	Km Rodado/Ano	Hora Adicional/Ano (dias normais)
1	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	22	528.000	10.560
2	925055	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	9	216.000	4.320



3	925087	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	1	24.000	480
4	928657	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	2	48.000	960
5	928728	SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	6	144.000	2.880
Total			40	960.000	19.200

3. Locais de apresentação por Órgão Participante

Seq.	UASG ↓	Órgão Participante	Unidade	Quant.	Local de Apresentação	Bairro	CEP	Região
1	925004	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	Garagem	22	Tv. Grassi, 10	Bela Vista	01316-050	Centro
2	925055	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Sede	9	R. Pedro de Toledo, 1651	Moema	04039-034	Sul
3	925087	SUB PJ - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	Unidade de Transportes Internos	1	R. Valdir Padovan, 100	Chácara Inglesa	05143-025	Norte
4	928657	SUB PI - Subprefeitura Pinheiros	Sede	2	Av. Dra. Ruth Cardoso, 7123 / Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 595	Pinheiros	05425-070	Oeste
5	928728	SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de	Sede	6	R. Líbero Badaró, 425	Centro	01008-000	Centro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO – COM MÃO DE OBRA DEDICADA

A Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/_____] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOC de de de, [portador(a) da identificação funcional _____ nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº /..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas

deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
VALOR TOTAL GLOBAL DO CONTRATO (h) = (dXX + gXX + gXX)						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Ata de Registro de Preços SEGES-COBES; e

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.6. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão executados no(s) seguinte(s) **ENDEREÇO(S):** _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, podendo ser prorrogado sucessivamente até o prazo limite de 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes e a contratada haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

3.1.5. Caso a Contratada manifeste desinteresse em prorrogar o ajuste, a Contratante poderá, para evitar solução de continuidade e prejuízo ao serviço público, solicitar a continuidade da prestação dos serviços, nas mesmas condições ora vigentes, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do termo final da vigência do ajuste para assunção ou transição de nova Contratada.

3.2. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.2.2. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA REPACTUAÇÃO

5.1. O valor **total** estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (_____).

5.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas e emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

5.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(.....), onerando a dotação orçamentária nº do orçamento vigente,

respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

5.4. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.5. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

5.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

5.5.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.8. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de

pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.9. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.9.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

5.9.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.9.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.10. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I - I^0)}{I^0}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

5.10.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

5.10.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

5.10.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.10.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

5.11. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

5.12. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

5.12.1. à data do pedido, para os custos decorrentes do mercado (art. 137, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

5.12.2. à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, para os custos decorrentes de mão de obra (art. 137, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

5.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

5.15. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.16. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

5.17. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

5.18. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.18.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.19. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

5.20. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.21. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

5.22. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas no Termo de Referência – Anexo do Edital de Licitação:

- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, Anexo do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d)** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

- e)** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- f)** Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- g)** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- h)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- i)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- j)** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo o valor do prejuízo apurado ser descontado do pagamento a ser efetuado;
- k)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l)** Cumprir todas as obrigações previstas em lei, neste Contrato e na documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas inerentes à boa e perfeita execução do objeto contratual;
- m)** Designar preposto para representá-la na execução do contrato, cuja aceitação será submetida à aprovação do CONTRATANTE. A substituição poderá ser exigida sempre que houver justificativa por parte do CONTRATANTE;
- n)** Atender prontamente às determinações do fiscal do contrato ou da autoridade competente do CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas;

- o)** Alocar profissionais com habilitação técnica e conhecimento adequados, bem como os materiais, equipamentos e ferramentas exigidos, segundo recomendações técnicas e a legislação vigente;
- p)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, dentro do prazo fixado pelo CONTRATANTE;
- q)** Responsabilizar-se por todos os vícios e danos decorrentes da execução do objeto, inclusive perante terceiros, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, autorizando-o, quando necessário, a deduzir os valores correspondentes dos pagamentos ou garantia contratual;
- r)** Cumprir integralmente as cotas obrigatórias previstas em legislação para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, além daquelas eventualmente previstas em normas específicas;
- s)** Comprovar o cumprimento das referidas cotas, mediante documentação, dentro do prazo fixado pelo fiscal do contrato, identificando os empregados que ocupam essas vagas;
- t)** Manter sigilo sobre todas as informações obtidas no curso da execução contratual, responsabilizando-se administrativa, civil e criminalmente por sua divulgação ou uso inadequado;
- u)** Instruir previamente seus empregados sobre as atividades a serem desempenhadas, alertando-os para não realizarem tarefas não previstas no contrato, devendo relatar ao CONTRATANTE quaisquer ocorrências que possam configurar desvio de função;
- v)** Da contratação de pessoas em situação de rua. Nos termos da Lei Municipal nº 17.252/19 e da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDDET/SMDHC nº 1/2024, na hipótese de contratação de serviços contínuos com prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em que sejam abertas pelo menos 50 vagas de trabalho, deverá ser observada a cota mínima de 2% das vagas de trabalho para a contratação de pessoas em situação de rua. Em tais hipóteses, a CONTRATADA deverá, ainda:

(v.i) Prestar informações em formulário eletrônico sobre as vagas de trabalho e contratos decorrentes da contratação destinadas ao processo seletivo com pessoas em situação de rua;

(v.ii) Realizar os processos seletivos considerando as pessoas em situação de rua indicadas pela Prefeitura, prioritariamente em equipamentos do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate) da SMDET;

(v.iii) Contratar e gerir profissionais de que trata esta Instrução Normativa, em articulação com a SMDET, ou justificar em caso de não preenchimento das vagas, utilizando formulário eletrônico disponibilizado pela Prefeitura;

(v.iv) Participar de capacitação em Direitos Humanos e Cidadania oferecida pela SMDHC, presencialmente ou por meio de plataforma online.

6.2. Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos. Quando se tratar de faltas imprevisíveis, a contratada deverá substituir o funcionário no prazo máximo de duas horas, contados do início do expediente;

6.3. Caso não ocorra a substituição dos empregados, nos termos do subitem anterior, haverá a glosa no pagamento mensal dos serviços não executados.

6.4. Vedações à CONTRATADA:

a) É vedado contratar, durante a vigência deste contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente do CONTRATANTE, de agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual;

b) É vedada a participação, na execução do contrato, de agentes públicos do CONTRATANTE ou de pessoas com vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com esses agentes, conforme os artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Compromissos de integridade e anticorrupção:

a) A CONTRATADA compromete-se a conduzir seus negócios em conformidade com os princípios da legalidade, transparência e integridade, abstendo-se de praticar, prometer,

oferecer ou aceitar, direta ou indiretamente, para si ou terceiros, vantagens indevidas relacionadas à execução deste contrato.

b) O descumprimento desta obrigação poderá ensejar extinção contratual motivada, sem prejuízo de sanções civis, administrativas e penais cabíveis, inclusive nos termos da Lei nº 12.846/2013.

c) Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a)** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b)** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c)** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do Contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d)** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- j) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- k) Encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- l) Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a CONTRATADA não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas.
- m) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- n) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- o) Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia

sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

p) Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

I – indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II – fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III – estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV – definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V – demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI – realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

q) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

r) Expressamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

s) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

s.1) Durante a vigência da ata de registro de preços: Caberá ao órgão gerenciador da ata de registro de preços a análise, processamento e julgamento dos pedidos de revisão de preços registrados, bem como dos preços constantes nos contratos decorrentes da ata de registro de preços, nos termos do artigo 106 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

s.2) Após o término da vigência da ata de registro de preços: Os casos relativos à serviços, conforme Art. 13 do Decreto Municipal nº 49.286, de 6 de março de 2008, deverão ser encaminhados para análise da Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

t) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021);

u) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

v) Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato;

w) Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

x) Assegurar que os (as) empregados(as) alocados(as) na execução contratual participem de curso sobre enfrentamento à violência contra a mulher, boas práticas de acolhimento e atendimento humanizado, promovido por meio de articulação com a contratante, com apresentação de certificado ou relatório de participação, conforme diretrizes a serem definidas pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

7.2. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

7.3. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

7.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

7.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), o Decreto Municipal nº 59.767/2020 e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

8.1.1. Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

8.1.2. Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

8.2. O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.

8.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

- a)** Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
- b)** Manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.
- c)** Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d)** Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
- g)** Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

h) A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

I - os dados se tornarem desnecessários;

II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

8.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

8.4.1. Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 8.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;

II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;

III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;

IV – descrição das possíveis consequências do incidente;

V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;

VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;

VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

8.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 8.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

8.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

8.5. A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

8.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados pessoais;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

V – informação sobre compartilhamento de dados;

VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

8.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

8.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

8.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

8.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

8.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual prevista na Cláusula Décima deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

8.7. A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

9.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

9.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

9.1.2.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

9.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, conforme recebimento definitivo de cada etapa da contratação, como disposto neste instrumento e no Termo de Referência, bem como de cópia da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

9.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.

9.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei

Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 124/12.

9.2.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

9.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, a(s) cópia(s) correspondente(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

9.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes, conforme dispõe a Portaria SF nº 275/2024:

- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros - CND - ou outra equivalente na forma da lei;
- c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- f)** Folha de Medição dos Serviços;
- g)** Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;
- h)** Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;
- i)** Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, do mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

- j)** Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- k)** Relatório de conferência “Detalhe da guia emitida” do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- l)** Protocolo da DCTF WEB que demonstre os valores a recolher da Contribuição Previdenciária correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- m)** DARF gerado na DCTF WEB, com seu respectivo comprovante de pagamento, referente à contribuição previdenciária (INSS) correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- n)** Comprovante de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- o)** Comprovante do pagamento de vale transporte e vale alimentação nos termos da convenção coletiva, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- p)** Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, quando houver, ocorridos no mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- q)** Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;
- r)** No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

9.5. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.6. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

9.7. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no item 9.4, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

9.8. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

9.9. Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes ao pagamento dos fornecedores.

CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

10.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares aplicáveis.

10.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

10.3. A CONTRATANTE se reserva ao direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

10.3.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

a) ocorrendo a redução do Contrato, a CONTRATANTE comunicará ao ÓRGÃO GERENCIADOR, para anotação da redução realizada;

b) para acréscimo do quantitativo, a CONTRATANTE deverá obter prévia anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual analisará os quantitativos registrados para a CONTRATANTE e eventual sobra para aquisições adicionais, observado o disposto na Portaria nº 03/SEGES/2026.

10.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

10.9.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

10.9.1.1. a garantia contratual prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias –, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021); e

10.9.1.2. os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

10.10. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. O Contratante poderá ainda:

10.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria; e

10.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

10.12. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, anexo do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

11.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento, conforme Cláusula Oitava.

11.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.

11.3. O objeto contratual será recebido consoante às disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

11.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, a partir dos critérios no Anexo do Edital – Termo de Referência, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia digital da nota de empenho, para fins de pagamento.

11.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no anexo, parte integrante do Edital – Termo de Referência, verificadas posteriormente.

11.6. A fiscalização do contrato será exercida por intermédio de servidor oportunamente designado para tal finalidade, a quem competirá observar as atividades e os procedimentos necessários ao exercício das atribuições de fiscalização estabelecidas no Decreto Municipal nº 62.100/2022.

11.7. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021, a contratada poderá ser apenada com as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar; ou
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias, que poderão ser aplicadas isoladamente ou juntamente com as sanções definidas no item 12.1, letras "c" e "d":

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do contrato por dia de atraso da CONTRATADA em assinar o contrato até o 10º dia de atraso, após o qual será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de São Paulo pelo período de até 3 (três) anos, conforme disposto no artigo 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o disposto no item 12.3.

12.2.1.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 12.2.1 se o impedimento à celebração do contrato decorrer da não apresentação da documentação de habilitação exigida no edital que precedeu a ata de registro de preços.

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

12.2.2.1. No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal do ajuste, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2.4. Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.3. Expirado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, ou nos casos de cancelamento ou rescisão, a competência de análise e aplicação de todas as penalidades cabíveis são concentradas diretamente na CONTRATANTE.

12.4. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% do valor da fatura
2	2,0% do valor da fatura
3	3,0% do valor da fatura
4	5,0% do valor da fatura
5	7,0% do valor da fatura

6	10,0% do valor da fatura
---	--------------------------

Tabela 3			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter empregado, preposto ou colaborador sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
5	Fornecer informação falsa de serviço.	4	Por ocorrência
6	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
7	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou	3	Por ocorrência

	dolo de seus agentes.		
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

Item	Descrição	Grau	Incidência
12	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
14	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
15	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
16	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia

17	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência
18	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
19	Prestar suporte durante o horário comercial para garantir a continuidade dos serviços contratados.	3	Por dia
20	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência
21	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
22	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
24	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia

25	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
26	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
27	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	1	Por ocorrência
28	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência
29	Cumprir a cota mínima de contratação de pessoas em situação de rua, nas hipóteses em que ela for aplicável (nos termos da Lei Municipal nº 17.252/19 e da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024, ou ato normativo que vier a substituí-la), ou de prestar as informações referidas na cláusula 5.1.I ou acerca do desligamento de beneficiários da cota.	4	Por pessoa não contratada e por mês, após descumprimento de notificação para regularização no prazo de 30 dias.
30	Participar de capacitação em Direitos Humanos e Cidadania oferecida pela SMDHC, presencialmente ou por meio de plataforma online.	2	Por mês, após descumprimento de notificação para regularização no prazo de 30 dias ou outro assinalado pela autoridade.

12.4.1. Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato sem a antecedência mínima prevista no item 3.1.5 deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

12.5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.5.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

12.5.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

12.5.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.5.4. Caso a CONTRATADA não quite o valor devido à CONTRATANTE após a adoção de todas as medidas administrativas cabíveis para sua cobrança, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.6. Caso haja rescisão, ela atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.7. Das decisões de aplicação de penalidade caberão recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

12.7.1. Fica dispensado o recolhimento de preços públicos caso haja interposição de recursos nos termos do artigo 152 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA

13.1. Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$, correspondente ao importe de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, sob a modalidade caução em dinheiro, seguro-garantia, Título de capitalização ou fiança bancária (**escolher apenas uma**), nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 76/2019.

13.1.1. Na hipótese da modalidade de fiança bancária, seguro-garantia ou títulos da dívida pública, o prazo de validade para execução da garantia deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o término da vigência contratual, salvo prazo diverso fixado em normativo da Secretaria Municipal da Fazenda;

13.1.2. A Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, admitindo-se uma prorrogação mediante requerimento justificado e aceito pelo Contratante, nos termos do art. 125, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022;

13.1.3. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a Contratada será convocada a reforçar ou renovar a garantia, sob pena de multa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma porcentagem estabelecida no item 13.1;

13.1.4. O não cumprimento do disposto nos subitens anteriores ensejará aplicação das penalidades previstas no contrato;

13.1.5. A garantia exigida poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial causados ao Contratante ou a terceiros, bem como as multas aplicadas à Contratada, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 05 de junho de 2012;

13.1.6. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que

possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa PGM nº 2, de 2012;

13.1.6.1. Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do Contratante, a garantia será retida e poderá ser utilizada para garantia do juízo;

13.1.7. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8. Na prestação da garantia, serão observados os procedimentos e normas fixados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em especial as Portarias SF nº 76, de 22 de março de 2019 e alterações subsequentes, e nº 338, de 02 de dezembro de 2021 e alterações subsequentes, ou qualquer outra norma que vier a alterá-las ou substituí-las.

13.2. A garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, para além do prazo estimado para encerramento da execução do contrato pela CONTRATADA, conforme o Art. 17, § 2º da Portaria SF nº 76/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

14.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos (e-mail):

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

14.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

14.5. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo edital.

14.6. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, a Ata de Registro de Preços xxxx/SEGES-COBES/202X, com seus anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob SEI nº XXXXXXXX do processo administrativo nº 6013.202X/XXXXXX-X.

14.7. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

14.8. Caberá ao Contratante publicar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021; no sítio eletrônico oficial do órgão, em observância ao art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011; e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC-SP, conforme o art. 150 do Decreto Municipal nº 62.100/2021.

14.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão ao Decreto Municipal nº 62.100/22, a Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital de São Paulo para todo e qualquer procedimento oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/A – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 01

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 01 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
1	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	41			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
2	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	984.000			
3	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	12.792			
4	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	8.856			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 01 (h) = (d1 + g2 + g3 + g4)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/B – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 02

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 02 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
5	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	43			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
6	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.032.000			
7	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	13.416			
8	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	9.288			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 02 (h) = (d5 + g6 + g7 + g8)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/C – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 03

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 03 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
9	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	49			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
10	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.176.000			
11	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	15.288			
12	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	10.584			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 03 (h) = (d9 + g10 + g11 + g12)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/D – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 04

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 04 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
13	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	53			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
14	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.272.000			
15	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	16.536			
16	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	11.448			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 04 (h) = (d13 + g14 + g15 + g16)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/E – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 05

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 05 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
17	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	54			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
18	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.296.000			
19	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	16.848			
20	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	11.664			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 05 (h) = (d17 + g18 + g19 + g20)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/F – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 06

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 06 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
21	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	57			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
22	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.368.000			
23	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	17.784			
24	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	12.312			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 06 (h) = (d21 + g22 + g23 + g24)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/G – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 07

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 07 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
25	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	73			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
26	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.752.000			
27	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	22.776			
28	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	15.768			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 07 (h) = (d25 + g26 + g27 + g28)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/H – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 08

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 08 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12 horas diárias - 2ª feira a sábado						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
29	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	75			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
30	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	1.800.000			
31	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	Hora Adicional/Ano	23.400			
32	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	Hora Adicional/Ano	16.200			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (h)	Valor Unitário Mensal (R\$) (i)	Valor Unitário Anual (R\$) (j) = (i) * 12	Valor Total Anual (R\$) (k) = (j) * (h)
33	Valor Fixo (motorista plantonista noturno)	Posto/Ano	10			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 08 (l) = (d29 + g30 + g31 + g32 + k33)						

Legenda

	Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br
	Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

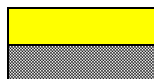
OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO III/I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – GRUPO 09

A (empresa) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, CEP _____, telefone nº _____, e-mail _____, propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

GRUPO 09 - Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12x36 horas - 2ª feira a domingo						
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (a)	Valor Unitário Mensal (R\$) (b)	Valor Unitário Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Valor Total Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
34	Valor Fixo (veículo e motorista)	Veículo/Ano	40			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual Estimada (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
35	Quilômetro Rodado	Km rodado/Ano	960.000			
36	Hora Adicional do Motorista (dias normais)	Hora Adicional/Ano	19.200			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 09 (h) = (d34 + g35 + g36)						

Legenda



Valor unitário que deverá ser inserido no Compras.gov.br

Valor não aplicável ao item

Obs: VALIDADE DA PROPOSTA de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação (não inferior a 60 dias corridos).

DAS DECLARAÇÕES:

- Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem plenas condições de executar o objeto da contratação (fornecimento de bens ou prestação de serviços) no prazo assinalado, independentemente de outros compromissos firmados, e que o fará em total conformidade com o Termo de Referência e seus anexos e demais condições aplicáveis.
04. Informo que os dados bancários da empresa são os seguintes: Banco do Brasil, conta _____ e agência _____.
- () Caso ainda não possua, comprometo-me a providenciar a abertura de conta no Banco do Brasil, a fim de viabilizar a celebração do ajuste.*
05. Declaro que o veículo ofertado na presente licitação é o modelo _____, marca _____, ano de fabricação _____, conforme catálogo técnico ou especificações anexas a presente proposta de preços.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, _____ de _____ de 202__.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.: CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

**ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – ORIENTAÇÕES
GERAIS**

Orientações sobre as Planilhas de Custos:

1. O licitante deverá preencher tanto o modelo de proposta, que apresenta uma síntese dos valores, quanto o modelo de planilha de custos e formação de preços, que traz informações de forma detalhada.
2. A planilha detalhada fornecida é meramente exemplificativa. O licitante poderá apresentar outro modelo, desde que contenha, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento, ou seja, mais completo que o disponibilizado. Se o modelo apresentado pela licitante contiver erros ou informações incompletas, deverá obrigatoriamente utilizar os modelos fornecidos pela Administração indicados a seguir, com a ressalva do item 5.
3. As planilhas de formação de preços estão separadas em 03 aspectos: (i) composição dos valores de locação de veículos com motorista; (ii) custos de mão de obra abertos e (iii) custos de horas adicionais.
 - 3.1. A exceção fica por conta do grupo 08, que contempla um posto de plantonista noturno. Por esse motivo, este grupo demanda um quarto critério específico para o preenchimento das informações.
4. O modelo disponibilizado está organizado em subitens e inclui, ainda, a estrutura de custos referente aos postos de motorista, conforme o padrão adotado pelo CADTERC (Volume 16 – Prestação de Serviços de Transporte Mediante a Locação de Veículos).
5. Adicionalmente, cabe ressaltar que a elaboração da Tabela IV do Anexo IV/H foi realizada pela área técnica, considerando que o CADTERC contempla exclusivamente os motoristas diurnos. Assim, foi necessário complementar as informações para atender às especificidades da contratação.
6. O licitante deverá apresentar, ainda, uma tabela detalhada de composição de custos da locação dos veículos, incluindo despesas internas como manutenção preventiva e corretiva, depreciação, trocas de óleo, combustível, impostos, entre outros itens necessários à perfeita execução dos serviços.
7. O licitante deverá preencher exclusivamente as planilhas referentes aos itens e grupos em que está participando e foi convocado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/A – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 01

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 01 do Grupo 01 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
1.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
1.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b1.1 + b1.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 1.1 e 1.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 01 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/A).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 01		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 01)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/B – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 02

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 05 do Grupo 02 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
5.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
5.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b5.1 + b5.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 5.1 e 5.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 05 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/B).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 02		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 02)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/C – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 03

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 09 do Grupo 03 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
9.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
9.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b9.1 + b9.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 9.1 e 9.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 09 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/C).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 03		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 03)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/D – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 04

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 13 do Grupo 04 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
13.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
13.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b13.1 + b13.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 13.1 e 13.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 13 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/D).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 04		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 04)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/E – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 05

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 17 do Grupo 05 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
17.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
17.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b17.1 + b17.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 17.1 e 17.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 17 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/E).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 05		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 05)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/F – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 06

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(a) Item 21 do Grupo 06 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
21.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
21.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b21.1 + b21.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 21.1 e 21.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 21 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/F).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 44 HORAS SEMANAIS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 06		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
44 horas semanais (ref. ao Motorista do GRUPO 06)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/G – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 07

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(b) Item 25 do Grupo 07 (Locação de veículos do Tipo C (híbrido) com condutor e com combustível - Posto 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
25.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
25.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b25.1 + b25.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 25.1 e 25.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 25 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/G).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 12 HORAS DIÁRIAS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 07		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Folguista (0,37 funcionários)	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%



Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
12 horas diárias de 2ª a 6ª feira (ref. ao Motorista do GRUPO 07)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/H – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 08

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(b) Item 29 do Grupo 08 (Locação de veículos do Tipo C (híbrido) com condutor e com combustível - Posto 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
29.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
29.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b29.1 + b29.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 29.1 e 29.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 29 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/G).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE – 12 HORAS DIÁRIAS – 2ª A 6ª FEIRA GRUPO 08		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Folguista (0,37 funcionários)	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%



Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais	
Número de Horas	2ª a Sábado	Domingo e Feriados
12 horas diárias de 2ª a 6ª feira (ref. ao Motorista do GRUPO 08)	R\$	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

(iv) CUSTOS DE MÃO DE OBRA COM O MOTORISTA PLANTONISTA NOTURNO

**CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE
MOTORISTA PLANTONISTA NOTURNO - CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE –
44 HORAS SEMANAIS, 2ª FEIRA A DOMINGO, NO PERÍODO NOTURNO**



GRUPO 08

Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	01
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Adicional noturno	R\$	%
Hora Noturna Adicional	R\$	%
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$	%
Folguista (0,28 funcionários)	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%
Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IV/I – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – GRUPO 09

(i) Composição dos Valores de Locação de Veículos com Motorista

(c) Item 34 do Grupo 09 (Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12x36 horas - 2ª feira a domingo)

Sub Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Valor Unitário Mensal (R\$) (a)	Valor Unitário Anual (R\$) (b) = (a) * 12
34.1	Valor Fixo da <u>Locação do Veículo</u>	Und		
34.2	Valor Fixo do <u>Serviço de Motorista</u>	Und		
VALOR UNITÁRIO ANUAL (LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA) (c) = (b34.1 + b34.2)				

Obs: a soma do valor unitário anual dos Subitens 34.1 e 34.2 deverá ser igual ao valor unitário anual do item 34 do Modelo de Proposta de Preços (Anexo III/I).

(ii) CUSTOS DE MÃO DE OBRA ABERTOS

CUSTOS DE MÃO DE OBRA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE MOTORISTA - <u>Condutor de veículo leve – 12x36 horas – 2ª feira a domingo</u> GRUPO 09		
Discriminação dos Custos	Mês de Referência:	XXXXX DE 202X
	Caracterização:	Condutor de Carro Leve
	Escala de Trabalho:	XXX
	Turno:	XXX
	Qtd. Funcionários por posto:	02
	Sindicato:	XXX
	Convenção Coletiva de Trabalho:	XXX
Valores expressos em Reais (R\$)		
Composição da Remuneração	R\$	%
Salário-base	R\$	%
Benefícios Mensais e Diários	R\$	%
Vale-transporte	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Parcela do trabalhador	-R\$	%
Vale-refeição	R\$	%
Cesta básica	R\$	%
Benefício Social	R\$	%
Auxílio funeral	R\$	%



Auxílio ao filho excepcional	R\$	%
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$	%
Exame Toxicológico	R\$	%
Insumos Diversos	R\$	%
Uniforme	R\$	%
Custo mensal	R\$	%
Crédito PIS/COFINS	-R\$	%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	%
13º Salário + Adicional de férias	R\$	%
Afastamento maternidade	R\$	%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	%
Custo de rescisão	R\$	%
Outros*	R\$	%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	%
Custos Indiretos	R\$	%
Lucro	R\$	%
Tributos	R\$	%
ISS	R\$	%
PIS	R\$	%
COFINS	R\$	%
Total do Posto	R\$	%

(iii) CUSTOS DE HORAS ADICIONAIS

Jornada	Horas Adicionais
Número de Horas	Dias normais
12 horas diárias de 2ª a domingo (ref. ao Motorista do GRUPO 09)	R\$

Apresentar memória de cálculo detalhada, demonstrando a formação de cada um dos valores acima, com indicação das premissas adotadas, fontes de dados, fórmulas e parâmetros utilizados, de acordo com a CCT vigente:

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

Xxxxxxxxxxx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÕES

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF
nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 5) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 6) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante



ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO VII – CRITÉRIOS PARA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG):	<i>Ativo Circulante + Ativo Realizável à Longo</i>	\geq	1
	<i>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</i>		
Índice de Liquidez Corrente (LC):	<u><i>Ativo Circulante</i></u>	\geq	1
	<i>Passivo Circulante</i>		
Índice de Solvência Geral (ISG):	<u><i>Ativo Total</i></u>	\geq	1
	<i>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</i>		

Os índices acima indicados deverão ser calculados conforme as fórmulas apresentadas, sendo que o resultado solicitado para cada índice é maior ou igual a um, sendo **exigido que seja assinado por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.**

ALTERNATIVAMENTE, a situação econômico-financeira da licitante poderá ser aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório, para fins de comprovação do patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) grupo(s) para o(s) qual(is) tenha apresentado proposta válida e figure como melhor classificada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO VIII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEGES)**, inscrita no CNPJ nº 49.269.251/0001-65, situada no Viaduto do Chá, 15, 8º andar - Centro, São Paulo - SP, neste ato representada, em face da competência delegada por meio do artigo 4º, inciso II, da PORTARIA Nº110/SEGES/2024, pelo(a) Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços (COBES), Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa, CNPJ nº, situada na Rua, nº, por seu representante legal, Senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e inscrito no CPF sob nº, vencedora do certame, doravante denominada simplesmente DETENTORA, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do fornecimento de bens discriminados na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, em conformidade com o ajustado a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste ajuste o Registro de Preço para Prestação de Serviços de Transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão que precedeu este ajuste e na proposta da DETENTORA, constante no documento eletrônico xxxxxx, todas integrantes do Processo Administrativo SEI 6013.202x/xxxxxx-x, cujos termos são parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 0X - XXXXXX						
Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor	Valor Unitário	Valor Total

		de Medida	Anual (a)	Unitário Mensal (R\$) (b)	Anual (R\$) (c) = (b) * 12	Anual (R\$) (d) = (c) * (a)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
Item	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Anual (e)	Valor Unitário (R\$) (f)	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Total Anual (R\$) (g) = (e) * (f)
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
XX	XXXXX	XXXXX	XXXXX			
VALOR TOTAL GLOBAL DO GRUPO 0X (h) = (dXX + gXX + gXX)						

2.1.1. O preço está referenciado ao mês de/....., correspondente ao da apresentação da proposta comercial constante documento eletrônico SEI xxxxxxxx.

2.2. O preço a ser pago pela Administração pelo(s) objeto(s) compreenderá todos os custos necessários à sua execução, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, transporte e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à DETENTORA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DOS QUANTITATIVOS

3.1. Os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços são os arrolados no Termo de Referência no Anexo I do Edital de Pregão que precedeu este ajuste, observados os quantitativos de consumo discriminados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC), podendo ser prorrogada por até idêntico período, conforme artigo 99 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que:

a) haja anuência das partes;

b) a DETENTORA tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

c) pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

4.1.1. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos órgãos e entidades participantes.

4.2. A DETENTORA da Ata de Registro de Preço deverá manifestar, por escrito, seu interesse na prorrogação ou não do ajuste, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término de sua vigência, sob pena de multa.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO DA ATA

5.1. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços deverão ser formalizadas mediante Termo de Contrato (Anexo II do Edital).

5.2 . Para o acionamento desta Ata, os ÓRGÃOS PARTICIPANTES deverão consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR sobre:

a) a intenção de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;

b) a economicidade dos preços registrados.

5.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR consultará a DETENTORA, acerca da possibilidade de atender a demanda solicitada.

5.4. Na negativa de atendimento da demanda, a DETENTORA convocada justificará a negativa, que será apreciada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deliberará sobre a aceitabilidade da justificativa apresentada pela DETENTORA, importando a não aceitação no cancelamento da Ata de Registro de Preços em face dela, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas na ata de registro de preços.

5.4.2. A aceitação da justificativa importará na manutenção da DETENTORA na ata de registro de preços, assegurada sua posição na classificação.

5.5. Poderão fazer uso desta Ata de Registro de Preço todos os órgãos e entidades participantes deste Registro de Preços, relacionados no Anexo II do Edital que precedeu ao ajuste.

5.6. Caso algum órgão ou entidade participante deseje utilizar quantidades acima do total estimado ou, ainda, órgão ou entidade não participante manifeste interesse em fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverá solicitar autorização junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR, informando, inclusive, o quantitativo estimado para utilização.

5.6.1. Poderá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, independentemente dos quantitativos registrados, desde que não prejudique a obrigação assumida nesta Ata de Registro de Preços.

5.6.2. As contratações adicionais por órgãos ou entidades não participantes não poderão exceder:

a) por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

b) no conjunto, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços.

5.7. As contratações adicionais previstas no item 5.6 não poderão exceder a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 110, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

5.8. As locações de veículos devem obedecer à quantidade máxima de veículos autorizados no Anexo Único da Portaria 03/SEGES/2026 para cada unidade da Administração Direta.

5.8.1. As contratações adicionais também devem respeitar as restrições de quantidade máxima, como previsto na Portaria e no artigo 110, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

5.8.2. Qualquer demanda de contratação que exceda os parâmetros estabelecidos deve ser previamente autorizada pela Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços da Secretaria Municipal de Gestão, conforme orientações da referida Portaria.

5.9. Para os fins de acionamento por órgão participante ou adesão por órgão não participante da Ata de Registro de Preços, a unidade requerente deverá instruir o processo SEI (processo eletrônico) com o Formulário de Consulta ao Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. A DETENTORA será convocada para assinar o termo de contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na Cláusula Décima do Anexo I do Edital de Pregão – Minuta do Termo de Contrato.

6.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto no subitem anterior, sob alegação de motivo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

6.1.2. A DETENTORA demonstrou não possuir pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 14.094/2005 e pelo Decreto nº 47.096/2006, os quais determinam que a inclusão no CADIN impede a empresa de contratar com a Administração Municipal. Além disso, comprovou a ausência de registros nos cadastros mencionados na Instrução Normativa nº 2/2019-TCM, bem como ausência no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

6.1.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a DETENTORA deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital que precedeu esta licitação e seus anexos.

6.1.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e condições de pagamentos são as constantes da minuta de contrato, anexo integrante do Edital.

7.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A. conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197/2010, publicado no DOC de 22 de janeiro de 2010.

7.3. Será observado o disposto no decreto Municipal nº 62.100/2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução do ajuste até seu término.

7.4. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes a pagamento das contratadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da Contratada (art. 128 c/c o art. 133 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.2. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

8.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos (art. 133, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

8.2.2. Para os demais custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço): a partir da data-limite para apresentação da proposta, constante do ato convocatório (art. 133, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir do último pedido de repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação (art. 137, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade para cada uma delas, podendo ser realizada em momentos distintos para refletir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (art. 130, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.5. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação (art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custo inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório (art. 131 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

8.6.2. Custos extraordinários não previstos inicialmente não serão objeto de repactuação e deverão ser apresentados como pedido de reequilíbrio (art. 131, § 1º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.6.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho (art. 131, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.7. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a

aplicação do IPC-Fipe, em consonância com a Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, e com o Decreto Municipal nº 57.580, de 19 de janeiro de 2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta seção, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I - I^0)}{I^0}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta da ata de registro de preços ou à data do último reajustamento aplicado;

I = índice relativo ao mês do reajustamento.

8.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

8.7.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo;

8.7.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), por meio de termo aditivo.

8.8. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos à mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação

do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

8.9. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá:

8.9.1. à data do pedido, para os custos decorrentes do mercado (art. 137, I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022);

8.9.2. à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, para os custos decorrentes de mão de obra (art. 137, II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

8.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.12. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão (art. 135 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

8.14. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

8.15. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pela Contratada, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 129 c/c o art. 130, I e II, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.15.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos (art. 134, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.16. A repactuação de preços será formalizada por meio de apostilamento (art. 137, § 2º, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022).

8.17. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Se ocorrer repactuação para valor maior, a Contratada deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

8.19. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a repactuação de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do Contrato, com fulcro no art. 130, inciso I, do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, nos termos do Parecer PGM nº 12.364, de 25 de setembro de 2025.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA(S) DETENTORA(S)

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR se compromete a:

- a)** promover o acompanhamento da presente Ata de Registro de Preços, comunicando à DETENTORA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- b)** aplicar as sanções administrativas devidas à DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observando o direito dessa em apresentar sua defesa e contrarrazões;
- c)** promover o acompanhamento do consumo dos itens registrados pelos órgãos e entidades participantes e não participantes;

- d)** indicar a DETENTORA, bem como os quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada a fornecer e os preços registrados, sempre que solicitado, obedecendo à ordem de preferência e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços;
- e)** acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;
- f)** receber os pedidos de revisão dos preços registrados e manifestar-se sobre eles, submetendo a deliberação à autoridade competente;
- g)** autorizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;
- h)** divulgar na Internet, em página mantida pela Prefeitura do Município de São Paulo, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes;
- i)** cancelar e rescindir esta Ata de Registro de Preços.

9.2. A DETENTORA se obriga à:

- a)** fornecer até o total estimado estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DOS QUANTITATIVOS, independentemente das quantidades individuais estimadas por ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- b)** comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização;
- c)** manter, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir;
- d)** manter durante toda a duração da Ata de Registro de Preços, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no ANEXO II do edital que precedeu ao presente ajuste, parte integrante desta Ata de Registro de Preço;

- e)** comparecer, sempre que solicitada, à sede das unidades contratantes, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- f)** prestar informações relacionadas ao fornecimento sempre que solicitado no prazo de 3 (três) dias úteis;
- g)** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura ocasione às unidades contratantes ou a terceiros, em razão dos fornecimentos decorrentes da presente Ata de Registro de Preço;
- h)** atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência;
- i)** abrir ou manter conta corrente no Banco do Brasil S.A., ressalvada eventual alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda quanto às normas referentes ao pagamento a fornecedores da Administração Direta, autarquias e fundações do Município de São Paulo.

9.3. Os ÓRGÃOS PARTICIPANTES da Ata de Registro de Preços se comprometem a:

- a)** manter-se informados sobre o andamento desta Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às alterações porventura ocorridas, com o objetivo de dar correto cumprimento às suas disposições;
- b)** consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, se houver mais de uma DETENTORA, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;
- c)** verificar preliminarmente à contratação a economicidade dos preços registrados, nos termos desta Ata de Registro de Preços;
- d)** encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, através do formulário “ARP Comunicado de utilização de quantitativo”, as informações sobre a contratação efetivamente realizada, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua celebração;
- e)** zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;
- f)** aplicar penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos termos da ata de registro de preços e aos contratos dela decorrentes;

g) informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na ata de registro de preços ou recusar-se a firmar o contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

h) sugerir ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das demais espécies de penalidades, conforme competência definida na CLÁUSULA DÉCIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento e no Edital do Pregão Eletrônico nº **xx/2xxx**, bem como as sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observados os procedimentos expressos na Seção XI, do Capítulo VI, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

10.2. Os tipos de sanções administrativas específicas e as hipóteses em que a DETENTORA estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:

10.2.1. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da contratação, calculado de acordo com o valor unitário constante da proposta, por dia de atraso da Adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, até o 10º dia de atraso, após o qual será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse, calculado de acordo com o valor unitário constante da proposta, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, conforme disposto no artigo 156, III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.1.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 10.2.1 se o impedimento à celebração da Ata de Registro de Preços decorrer da não apresentação da documentação de habilitação exigida no edital que precedeu a Ata de Registro de Preços.

10.2.1.2. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas no subitem 10.2.1, caso a Adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração.

10.2.1.3. O registro de sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar as disposições da Portaria nº 085/SEGES/2025.

10.2.2. Havendo comunicação de desinteresse da DETENTORA em prorrogar a Ata de Registro de Preços sem a antecedência mínima prevista no item 4.2 deste instrumento, estará sujeita à multa de:

a) 2% (dois por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor estimado de consumo anual da Ata de Registro de Preços, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término de vigência da Ata de Registro de Preços;

b) 5% (cinco por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor estimado de consumo anual da Ata de Registro de Preços, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do término de vigência da Ata de Registro de Preços;

c) 10% (dez por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor estimado de consumo anual da Ata de Registro de Preços, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do término de vigência da Ata de Registro de Preços.

10.2.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor da contratação, por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

10.3. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4. Caso o ÓRGÃO GERENCIADOR tenha conhecimento de fatos decorrentes da inobservância das regras dispostas no Edital de Pregão Eletrônico, nesta Ata ou em seus respectivos Contratos, que justifiquem a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou da declaração de inidoneidade à DETENTORA, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá instaurar, a seu critério, o devido processo administrativo para apuração dos fatos. A aplicação de tais penalidades será precedida de regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.5. Na aplicação das penalidades pecuniárias previstas no item 10.2 fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo previsto no item 10.8 desta Ata de Registro de Preços.

10.5.1. Decorrido o prazo para pagamento da importância devida, e uma vez esgotados os meios administrativos para cobrança do valor pela DETENTORA ao ÓRGÃO GERENCIADOR, observar-se-á o previsto nos itens 10.9.1 e 10.9.2 desta Ata de Registro de Preços.

10.6. Será competente para deliberar sobre a aplicação da sanção administrativa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

10.6.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR, quanto à sanção administrativa fundamentada no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, cumuladas ou não com a sanção administrativa de multa, por recomendação própria ou da unidade contratante.

10.6.2. O(A) Secretário(a) Municipal de Gestão, quanto à sanção administrativa fundamentada no artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, cumulada ou não com a sanção administrativa de multa, por recomendação do ÓRGÃO GERENCIADOR ou da unidade contratante, neste último caso com prévia manifestação do ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.6.3. As unidades contratantes, quanto às sanções administrativas fundamentadas no artigo 156, inciso I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.3.1. Nas hipóteses de possibilidade de cumulação das sanções administrativas de multa com a de impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 3 (três) anos ou a de declaração de inidoneidade, caberá à unidade contratante avaliar a conveniência e a oportunidade da aplicação simultânea.

10.6.3.2. Entendendo a CONTRATANTE pela aplicação isolada da sanção administrativa de multa, caberá a esta dar andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à CONTRATADA, culminando com a decisão.

10.6.3.3. Entendendo a CONTRATANTE pela aplicação cumulativa das sanções administrativas, encaminhará o feito ao ÓRGÃO GERENCIADOR, com as informações necessárias para demonstrar a infração cometida.

10.6.3.4. Na hipótese do item 10.6.3.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR dará andamento ao procedimento, concedendo prazo para defesa prévia à empresa contratada, podendo decidir pela aplicação conjunta das sanções administrativas ou apenas da de multa, informando a unidade contratante ao final.

10.7. Expirado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, ou nos casos de cancelamento ou rescisão, a competência de análise e aplicação de todas as penalidades cabíveis são concentradas diretamente na CONTRATANTE.

10.8. O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

10.9. A critério da CONTRATANTE, conforme o caso, e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura do Município de São Paulo ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme dispõe o artigo 139 – IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9.1. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

10.9.2. As penalidades deverão ser registradas no Módulo de Apenações do Sistema Integrado de Gestão de Suprimentos e Serviços (SIGSS), conforme Portaria Intersecretarial 01/2015-SEMPA/SF.

10.10. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

10.11.1. Fica dispensado o recolhimento de preços públicos caso haja interposição de recursos nos termos do artigo 152 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, pela Administração, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

a) a DETENTORA não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e da legislação;

- b)** a DETENTORA não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços ou não retirar(em) o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
- c)** a DETENTORA der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d)** a DETENTORA recusar-se ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
- e)** em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a DETENTORA não aceitar a redução;
- g)** a DETENTORA sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou que, em virtude de lei ou decisão judicial, fiquem impedidas de contratar com a Administração Pública;
- h)** por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- i)** sempre que ficar constatado que a DETENTORA perdeu quaisquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

11.2. A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 11.1 desta Ata de Registro de Preço, será feita por escrito, através de carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

11.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita por publicação no DOC, considerando-se rescindido o registro a partir da publicação.

11.3. A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

11.3.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deliberará sobre a aceitabilidade da justificativa apresentada pela DETENTORA, importando a não aceitação na aplicação das sanções administrativas previstas nesta Ata de Registro de Preços.

11.4. O cancelamento ou a rescisão da Ata de Registro de Preços não implica rescisão automática dos contratos e compromissos de fornecimento previamente firmados com os órgãos participantes e órgãos não participantes.

11.5. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

11.6. Na rescisão por culpa da DETENTORA, aplicar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) sobre 1/12 (um doze avos) do valor estimado de montante anual, calculado de acordo com o valor unitário constante da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LGPD

12.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), o Decreto Municipal nº 59.767/2020 e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

12.1.1. Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

12.1.2. Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

12.2. O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.

12.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

- a)** Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
- b)** Manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.
- c)** Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d)** Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
- g)** Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.
- h)** A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:
 - I** - os dados se tornarem desnecessários;
 - II** - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

12.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

12.4.1. Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 12.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;

II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;

III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;

IV – descrição das possíveis consequências do incidente;

V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;

VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;

VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

12.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 12.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

12.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

12.5. A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

12.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados pessoais;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

V – informação sobre compartilhamento de dados;

VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

12.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

12.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

12.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

12.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

12.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual prevista na Cláusula Décima deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

12.7. A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir. De forma excepcional e devidamente justificada, a Administração poderá optar pela realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, assegurando à DETENTORA do registro de preços o direito de preferência em condições de igualdade, conforme a legislação vigente.

13.2. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta Ata de Registro de Preço deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

13.3. São peças integrantes da Ata de Registro de Preços nº xxx/SEGES-COBES/202X, o Edital do Pregão Eletrônico nº XX/202X-COBES e seus anexos e documentos, as atas do pregão eletrônico, a proposta comercial da DETENTORA apresentada e aceita, onde constam as demais condições exigidas, conforme disposto no artigo 115 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos no edital.

13.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

13.5. Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos à DETENTORA, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos (e-mail):

DETENTORA: _____@_____

13.5.1. As publicações no Diário Oficial ocorrerão nos casos exigidos pela legislação.

13.6. A celebração dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preço fica condicionada a ausência de pendências pela DETENTORA junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, instituído pela Lei Municipal nº 14.094/2005, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/2006, bem como a ausência de apontamentos junto ao CEIS (União), ao e-Sanções (Estado de São Paulo), ao Cadastro de Empresas Apenadas do Município de São Paulo e também deverão ser observadas as disposições e documentos descritos na Instrução nº 02/2019 - TCM.

13.7. Para a execução desta ata e dos contratos dela decorrentes, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

13.8. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital de São Paulo - Vara da Fazenda Pública - como competente para dirimir quaisquer eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, datado e assinado eletronicamente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-COBES

OBJETO: Registro de Preços para serviços de transporte, mediante locação de veículos Tipo C em caráter não eventual, para atendimento das necessidades da Prefeitura de São Paulo.

ANEXO IX – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Grupo	Descrição do grupo	Item	Descrição do item	CATSER	Unidade de medida	Quant. Anual Estimado	Valor Unitário	Valor Total
G1	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	1	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	41	R\$ 102.938,04	R\$ 4.220.459,64
		2	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	984.000	R\$ 0,86	R\$ 846.240,00
		3	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	12.792	R\$ 38,08	R\$ 487.119,36
		4	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	8.856	R\$ 51,67	R\$ 457.589,52
VALOR TOTAL DO GRUPO 01							R\$ 6.011.408,52	
G2	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	5	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	43	R\$ 102.938,04	R\$ 4.426.335,72
		6	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.032.000	R\$ 0,86	R\$ 887.520,00
		7	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	13.416	R\$ 38,08	R\$ 510.881,28
		8	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	9.288	R\$ 51,67	R\$ 479.910,96
VALOR TOTAL DO GRUPO 02							R\$ 6.304.647,96	
G3	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	9	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	49	R\$ 102.938,04	R\$ 5.043.963,96
		10	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.176.000	R\$ 0,86	R\$ 1.011.360,00
		11	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	15.288	R\$ 38,08	R\$ 582.167,04
		12	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	10.584	R\$ 51,67	R\$ 546.875,28
VALOR TOTAL DO GRUPO 03							R\$ 7.184.366,28	
G4	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	13	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	53	R\$ 102.938,04	R\$ 5.455.716,12
		14	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.272.000	R\$ 0,86	R\$ 1.093.920,00
		15	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	16.536	R\$ 38,08	R\$ 629.690,88
		16	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	11.448	R\$ 51,67	R\$ 591.518,16
VALOR TOTAL DO GRUPO 04							R\$ 7.770.845,16	
G5	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª	17	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	54	R\$ 102.938,04	R\$ 5.558.654,16
		18	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.296.000	R\$ 0,86	R\$ 1.114.560,00
		19	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	16.848	R\$ 38,08	R\$ 641.571,84



	feira	20	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	11.664	R\$ 51,67	R\$ 602.678,88
VALOR TOTAL DO GRUPO 05							R\$ 7.917.464,88	
G6	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira	21	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	57	R\$ 102.938,04	R\$ 5.867.468,28
		22	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.368.000	R\$ 0,86	R\$ 1.176.480,00
		23	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	17.784	R\$ 38,08	R\$ 677.214,72
		24	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	12.312	R\$ 51,67	R\$ 636.161,04
VALOR TOTAL DO GRUPO 06							R\$ 8.357.324,04	
G7	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - 12 horas diárias - 2ª a 6ª feira	25	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	73	R\$ 121.501,68	R\$ 8.869.622,64
		26	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.752.000	R\$ 0,97	R\$ 1.699.440,00
		27	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	22.776	R\$ 37,37	R\$ 851.139,12
		28	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	15.768	R\$ 51,98	R\$ 819.620,64
VALOR TOTAL DO GRUPO 07							R\$ 12.239.822,40	
G8	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12 horas diárias - 2ª feira a sábado. <i>Obs.: Além dos condutores de veículo em escala de 12 horas diárias (item 29), este grupo contempla motoristas plantonistas com escala de 44 horas semanais, 2ª feira a domingo, no período noturno (item 33).</i>	29	Valor Fixo (veículo e motorista diurno) (*)	25089	Veículo/Ano	75	R\$ 147.347,04	R\$ 11.051.028,00
		30	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	1.800.000	R\$ 0,97	R\$ 1.746.000,00
		31	Hora Adicional do Motorista (2ª feira a sábado)	25089	Hora Adicional/Ano	23.400	R\$ 37,37	R\$ 874.458,00
		32	Hora Adicional do Motorista (domingos e feriados)	25089	Hora Adicional/Ano	16.200	R\$ 51,98	R\$ 842.076,00
		33	Valor Fixo (motorista plantonista noturno) (*)	15008	Posto/Ano	10	R\$ 118.906,32	R\$ 1.189.063,20
VALOR TOTAL DO GRUPO 08							R\$ 15.702.625,20	
G9	Locação de veículos - Grupo C (Flex) - com condutor e com combustível - Posto 12x36 horas - 2ª feira a domingo	34	Valor Fixo (veículo e motorista) (*)	25089	Veículo/Ano	40	R\$ 169.140,96	R\$ 6.765.638,40
		35	Quilômetro Rodado	25089	Km rodado/Ano	960.000	R\$ 0,97	R\$ 931.200,00
		36	Hora Adicional do Motorista (dias normais)	25089	Hora Adicional/Ano	19.200	R\$ 40,11	R\$ 770.112,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 09							R\$ 8.466.950,40	

Legenda:

(*) Obs.: os valores com o asterisco dizem respeito ao valor unitário ANUAL.